TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 3
1ªSECAM - Pautas 3
1ªSECAM - Atas 3
1ªSECAM - Acórdãos 3
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 4
2ªSECAM - Pautas 4
2ªSECAM - Atas 4
2ªSECAM - Acórdãos 4
ATOS DE RELATORIA 4
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 4
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 4
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 5
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 6
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 6
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 6
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 8
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 10
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 13
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 13
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 13
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 13
Conselheira Substituta MURYEL HEY 14
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 15
CORREGEDORIA-GERAL 15
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 15
OUVIDORIA DE CONTAS 16
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 16
ATOS DIVERSOS 16
Resenhas de Distribuição 16
Editais 17
Despachos 17
Informações 18
Atos de Alerta Municipais 18
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 18
ATOS NORMATIVOS 18
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 19
GP - Despachos 19
GP - Termo de Ajuste de Gestão 21
GP - Portarias 21
LICITAÇÕES E CONTRATOS 21
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024 22
Tribunal Pleno 22
Primeira Câmara 22
Segunda Câmara 22
Corregedoria-Geral 22
Ministério Público de Contas 22
Conselheiros – Diretores de Gabinete 22
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 22
Inspetorias de Controle Externo 22
Administrativo 22

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-15208/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO:-CONSTRUTORA ROFER LTDA, CONSTRUTORA SERRA DA PRATA LTDA, MARCELO ELIAS ROQUE, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, OBSERVATORIO SOCIAL DE PARANAGUA - OSP, PANTALEAO THEODOCIO ATHANASIO, RODRIGO MARON ATHANASIO
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 4258/24 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei de Licitações. Pregão Eletrônico n.º 38/2021. Alegações de fraude documental e conluio entre empresas com quadro societário comum. Presunção de veracidade de declarações privadas. Subempreitada de fornecimento de material não caracteriza subcontratação. Licitude. Ausência de prejuízo à Administração Pública. Improcedência.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Representação da Lei de Licitações formulada pelo OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PARANAGUÁ[1] em razão de supostas condutas irregulares praticadas pelas empresas Rofer Construtora Eireli e Construtora Serra da Prata LTDA. durante o Pregão Eletrônico n.º 38/2021 do Município de Paranaguá[2].
À peça 2 (fls. 1 a 32), o REPRESENTANTE alega que as empresas fazem parte do mesmo grupo familiar, sendo administradas por membros da mesma família; que a Rofer Construtora Eireli foi utilizada para participar da licitação como microempresa/empresa de pequeno porte, aproveitando benefícios dessa categoria, enquanto a empresa Construtora Serra da Prata LTDA., com maior capacidade operacional, não poderia usufruir do mesmo benefício; que houve fraude nos

atestados de capacidade técnica, pois foram apresentados três atestados emitidos pela Construtora Serra da Prata LTDA. em favor da Rofer Construtora Eireli, com datas de execução que vão de 1999 a 2006; que há inconsistências nos atestados, como informações sobre serviços supostamente realizados em períodos incompatíveis com a constituição ou alteração societária das empresas, bem como inexistência de comprovação de subcontratação de serviços ou autorização para tal pelos contratantes originais; que os atestados não refletem a realidade dos serviços realizados e teriam sido emitidos para atender às exigências do edital de maneira fraudulenta; que a Construtora Rofer Eireli não teria capacidade operacional para executar o objeto da licitação; que os relatórios apontam inconsistências, como a alteração de sua sede poucos dias antes da abertura do certame para um endereço residencial do sócio-administrador, além de ausência de infraestrutura e funcionários necessários para a execução dos serviços; que o edital vedava expressamente a subcontratação ou transferência de serviços; que a execução dos serviços seria, na prática, realizada pela Construtora Serra da Prata LTDA., em contrariedade ao disposto no edital; que há precedentes do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que apontam a apresentação de atestados falsos como prática de fraude à licitação, ensejando sanções como declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública por até 5 (cinco) anos; e que devem ser apuradas as irregularidades e a aplicadas as sanções cabíveis às empresas, tendo em vista que a situação configura conluio entre empresas do mesmo grupo familiar, ferindo os princípios da moralidade, isonomia e competitividade.

Por intermédio do Despacho n.º 91/24 - GCFSC (peça 7), antes de decidir sobre o recebimento da presente, determinei a intimação do Poder Executivo Municipal de Paranaguá para que se manifestasse sobre as alegações do Representante, dentro do prazo regimental de 15 (quinze) dias.

À peça 27, o Representado negou as acusações, afirmando que o certame foi conduzido dentro da legalidade e que as alegações carecem de provas suficientes. Em síntese, informou que o Pregão Eletrônico n.º 38/2021 visava a aquisição de 24.000 (vinte e quatro mil) toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com divisão em Lote 1 (Participação ampla) e Lote 2 (Exclusivo para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada - EIRELI); que os Lotes 1 e 2 foi vencido pela BRF Engenharia de Obras Ltda EPP , enquanto a Rofer Construtora Eireli foi desclassificada por não atender aos requisitos do edital; que não houve a fraude documental alegada pelo REPRESENTANTE; que a documentação apresentada por todas as empresas foi analisada pelo corpo técnico da Secretaria de Obras e Comissão Permanente de Licitação; que a Rofer Construtora Eireli foi desclassificada por não atender aos requisitos técnicos, conforme pareceres documentados no processo administrativo n.º 14.079/2021; que a Rofer Construtora Eireli não foi vencedora do certame, e, portanto, não causou prejuízo ao município; que não há evidências concretas de conluio entre empresas do mesmo grupo familiar ou irregularidades que comprometam o resultado da licitação; que a licitação foi conduzida em conformidade com as Lei Federal n.º 8.666/1993 e a Lei Complementar n.º 123/2006, além de obedecer aos princípios da Administração Pública, como legalidade, moralidade e isonomia; que não houve prejuízo financeiro, uma vez que os contratos foram assinados com as empresas vencedoras mediante critério de menor preço; que o REPRESENTANTE não apresentou provas seguras ou suficientes para sustentar as alegações de irregularidades; que a presunção de legalidade dos atos administrativos não pode ser afastada sem comprovação robusta; que deve ser arquivada a presente, diante da ausência de provas concretas que sustentem as acusações; e que, alternativamente, devem ser intimadas as empresas envolvidas para que apresentem esclarecimentos.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2163/24 - CGM (peça 18), analisou os requisitos de recebimento do feito, indicando que não há registro da existência de procedimento de fiscalização em andamento no Tribunal sobre o mesmo objeto; que qualquer investigação deve ser solicitada à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e à Coordenadoria de Auditorias, pois são as responsáveis pela auditoria de atos municipais; que a participação de empresas com sócios em comum não configura, por si só, fraude; que a Lei Federal n.º 8.666/1993 permite a participação de empresas distintas com o mesmo quadro societário, desde que atendam às exigências legais; que a data de constituição de ambas as empresas é bem anterior ao pregão em questão; que a Rofer Construtora Eireli está com o seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo desde 2004, enquanto que o da Construtora Serra da Prata LTDA. está ativo desde 2011; que ambas as empresas mencionadas foram desclassificadas do certame, o que enfraquece a tese de conluio; que como as alegações de fraude não foram comprovadas, não há base para aplicação de sanções às empresas ou ao município; e que as evidências apresentadas pelo REPRESENTANTE são insuficientes para comprovar as irregularidades alegadas, de modo que a presente Representação não deve ser sequer recebida, sugerindo o arquivamento do processo.

Pelo Despacho n.º 698/24 - GCFSC (peça 19), decidi pelo recebimento do expediente em virtude da gravidade das acusações, apesar do parecer técnico da Coordenadoria de Gestão Municipal ter se manifestado pelo arquivamento. Assim, a fim de analisar à fundo as supostas fraudes e o possível conluio entre as empresas, determinei a citação da Rofer Construtora Eireli e da Construtora Serra da Prata LTDA. para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, e encaminhei o processo à Coordenadoria de Gestão Municipal e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas para manifestações adicionais.

Devidamente intimadas (peças 29 e 30), as partes apresentaram suas razões de contraditório nos presentes autos.

À peça 32, a Construtora Serra da Prata LTDA. sustentou que não participou do certame e não pode ser responsabilizada por atos da Rofer Construtora Eireli; que a sua única atuação foi a emissão de declarações sobre serviços prestados pela Rofer Construtora Eireli, as quais foram utilizadas no processo licitatório; que os atestados emitidos refletem serviços reais prestados pela Rofer Construtora Eireli a ela em contratos de subempreitada; que as declarações emitidas são consideradas documentos privados, presumidamente verdadeiros, e não têm obrigação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); que a relação entre as empresas é exclusivamente comercial e os serviços foram efetivamente realizados; que existe sim relação de parentesco entre os sócios das empresas, mas isso não implica conluio ou gestão compartilhada; que as empresas possuem estruturas e atuações independentes no mercado; que não há evidências de que os documentos por ela emitidos tenham sido falsos ou fraudulentos; que a Rofer Construtora Eireli foi desclassificada do certame por outros motivos, não relacionados às declarações por ela emitidas; que este Tribunal de Contas já reconheceu, em outras ocasiões, a inexistência de irregularidade na participação de empresas próximas ou com sócios em comum; que deve haver o arquivamento imediato da Representação devido à ausência de legitimidade para as acusações; e que, alternativamente, deve ser intimada para produção de provas, incluindo testemunhas, para reforçar sua defesa, garantindo-se o seu direito de nova manifestação após o contraditório da Rofer Construtora Eireli.

Por sua vez, à peça 39, a Rofer Construtora Eireli arguiu que manteve uma longa relação comercial com a Construtora Serra da Prata LTDA., atuando como subempreiteira em diversas obras de 1999 a 2020; que os serviços prestados foram reais e devidamente declarados pela Construtora Serra da Prata LTDA. em documentos privados, considerados válidos e presumidamente verdadeiros; que as declarações emitidas não são 'atestados técnicos' no sentido estrito, já que não foram registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); e que, acerca da capacidade técnica e autonomia, comprovou a sua atuação independente em diversas obras e fornecimentos de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) para entidades públicas e privadas, com registros no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná e outros órgãos, tendo apresentado documentos como certificados de obras executadas (Certidão de Acervo Técnico - CAT) e contratos com órgãos públicos de 1999 a 2000, além de declarações que comprovam o fornecimento de CBUQ e serviços de pavimentação em obras específicas. No que diz respeito à relação com a Construtora Serra da Prata LTDA., reconheceu a existência de parentesco entre os sócios, mas ressaltou que isso não indica que houve conluio, pois as empresas possuem operações independentes e não compartilham administração ou gestão; que desde 2020, passou por reestruturação societária, sendo atualmente administrada por Rodrigo Maron Athanasio, se único sócio; que a relação contratual e comercial se resume aos serviços prestados em contratos legítimos de subempreitada; e que essa reestruturação societária e a autonomia das empresas demonstram evidente ausência de conluio. Também ressalta que inexiste dolo ou fraude; que não necessita fraudar documentos para comprovar a sua qualificação técnica, pois possui histórico consistente de serviços similares executados; e que a própria Coordenadoria de Gestão Municipal reconheceu que não há dolo ou intenção fraudulenta comprovada em sua instrução exordial; que as declarações emitidas pela Construtora Serra da Prata LTDA. São baseadas em serviços reais prestados pela Rofer Construtora Eireli; que as declarações se referem a fornecimentos específicos, como CBUQ para pavimentação em Paranaguá e serviços em terminais portuários; que inexiste a suposta incompatibilidade de documentos, pois as datas e informações dos atestados questionados foram devidamente explicadas e contextualizadas, afastando alegações de falsidade; que a Representação não apresenta provas suficientes para sustentar as acusações; que os documentos e as evidências fornecidos comprovam a regularidade dos serviços prestados; que não houve prejuízo ao Erário, pois foi desclassificada no certame por outros motivos; e que deve ocorrer o arquivamento imediato do expediente, com base na inexistência de irregularidades.

A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução n.º 5267/24 - CGM, peça 50), acerca do juízo de admissibilidade do feito, sustentou que há legitimidade do OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PARANAGUÁ para apresentá-lo; que, apesar disso, a análise inicial indicou que os fatos narrados não caracterizavam fraude ou conduta ilícita, inexistindo irregularidades comprovadas; e que não há impedimento legal para a participação em de licitações empresas distintas com sócios em comum, conforme o art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993[3]. No mérito, destacou que, na execução de obras de tapa-buracos em Paranaguá, em 2003, a Rofer Construtora Eireli forneceu apenas CBUQ para a Construtora Serra da Prata LTDA., sem configurar subcontratação, já que o fornecimento de matéria-prima não implica a transferência integral do contrato; que não houve fraude documental e a obra foi devidamente realizada; que, na pavimentação no Terminal Portuário de Paranaguá (TEPAR), em 2002-2003, a execução foi originalmente atribuída à empresa Hauer Construções, mas posteriormente transferida para a Construtora Serra da Prata LTDA., conforme aditivo contratual registrado pela contratante Petróleo Brasileiro (Petrobras); que essa obra envolveu recursos de uma sociedade de economia mista da União, sendo de competência do Tribunal de Contas da União, não do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; que, por conta disso, não deve ser conhecida essa parte da Representação; que, acerca da pavimentação nos Terminais Portuários da Ponta do Félix, em 1999, o documento questionado foi uma declaração emitida em 2020, atestando serviços realizados em 1999; que a declaração foi emitida por representante da Construtora Serra da Prata LTDA. que era vinculado à empresa à época dos serviços; e que não há exigência de contemporaneidade entre a emissão do documento e a realização dos serviços. Por fim, concluiu que os serviços foram efetivamente realizados e que as alegações de fraude documental e conluio não foram comprovadas; que os fatos denunciados ocorreram em contratos antigos, de 1999 a 2003, o que inviabilizaria a aplicação de penalidades devido à prescrição; que a presente não deve ser conhecida no tocante à pavimentação no Terminal Portuário de Paranaguá (TEPAR), por envolver recursos federais; e que, no mérito, as demais alegações devem ser totalmente improcedentes.

O Ministério Público de Contas (Parecer n.º 1194/24 - 3PC, peça 51) arguiu que as declarações emitidas pela Construtora Serra da Prata LTDA. e pela Rofer Construtora Eireli são documentos privados presumidamente verdadeiros; que essas declarações não foram registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), o que descaracteriza sua classificação como 'atestados técnicos'; que não há elementos que comprovem a falsidade das declarações ou indícios de irregularidades; que o fato de empresas possuírem sócios em comum não configura fraude; que não houve prejuízo às demais licitantes, visto que a Rofer Construtora Eireli foi desclassificada e os contratos foram firmados com outra empresa vencedora; que o fornecimento de materiais pela Rofer Construtora Eireli à Construtora Serra da Prata LTDA. foi caracterizado como subempreitada e não configurou subcontratação irregular, uma vez que não houve transferência integral de obrigações contratuais; que não há comprovação de fraude documental ou conluio entre as empresas; que o procedimento licitatório ocorreu de forma regular, sem danos à administração pública; e que, diante desse cenário, a presente deve ser julgada improcedente.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O principal argumento do REPRESENTANTE é que os atestados emitidos pela Construtora Serra da Prata LTDA. para a Rofer Construtora Eireli seriam inverídicos

e configurariam fraude documental.
Nos termos do art. 408 do Código de Processo Civil, utilizado subsidiariamente no âmbito dessa Corte, os documentos privados têm presunção de veracidade, salvo prova em contrário:
Art. 408. As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.
Humberto Theodoro Júnior[4] ensina que a prova documental consiste na produção de fatos juridicamente relevantes através de declarações constantes de documentos, os quais, desde que regulares, gozam de presunção relativa de veracidade, que deve ser desconstituída por quem os contesta.
Como o REPRESENTANTE não apresentou elementos que infirmassem a autenticidade dos documentos, corroborando as análises técnicas uniforme, entendo que as declarações são presumidamente verdadeiras, inexistindo a alegada fraude.
Noutro ponto, a mera existência de vínculos societários ou familiares entre empresas não caracteriza, por si só, irregularidade, conforme jurisprudência consolidada desta Casa por meio do Acórdão n.º 2648/19 - Tribunal Pleno[5] e do Acórdão n.º 1352/18 - Tribunal Pleno.
A Lei Federal n.º 8.666/1993, em seu art. 9º, limita a participação em licitações para empresas que estejam diretamente relacionadas à elaboração de projetos ou à execução contratual, não havendo vedação para empresas com quadro societário comum.
Nesse tocante, Marçal Justen Filho[6] explica que o princípio da isonomia no procedimento licitatório exige que todos os participantes sejam tratados de forma igualitária, sem que peculiaridades de sua estrutura societária ou vínculos externos sejam considerados como fatores discriminatórios, salvo se implicarem prejuízo ao interesse público.
Conforme confirmado pela Coordenadoria de Gestão Municipal e pelo douto Parquet de Contas, a Rofer Construtora Eireli e a Construtora Serra da Prata LTDA. possuem registros de CNPJ anteriores ao certame, o que evidencia a inexistência de criação societária com fins específicos de fraude.
Logo, diante da comprovada prévia formação das empresas ao procedimento licitatório e da regular atuação no mercado, entendo que não se sustentam as alegações do REPRESENTANTE de fraude e/ou específica constituição de sociedade para manipulação do pregão.
Doutro giro, com relação à suposta ilicitude da subempreitada de materiais realizada, destaco que tal prática é aceita no âmbito contratual e não configura subcontratação integral, desde que não implique em completa transferência de obrigações.
In casu, a Coordenadoria de Gestão Municipal constatou que a Rofer Construtora Eireli apenas forneceu o CBUQ à Construtora Serra da Prata LTDA. para execução de obras, em conformidade com contratos de subempreitada anteriores, e que a vedação à subcontratação no edital se referia à integralidade dos serviços contratados, o que não se aplicava ao fornecimento de materiais.
Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello[7], a subempreitada é admissível desde que não comprometa a execução integral do objeto do contrato e não infrinja disposições editalícias ou legais.
Desse modo, entendo que a subempreitada de materiais realizada não configura subcontratação nem afronta o edital.
Ao fim e ao cabo, de acordo com o caput do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666/1993, a licitação deve observar os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a administração, senão vejamos:
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
Ainda, o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal[8], exige que o controle de atos administrativos seja pautado em sua utilidade e impacto para o interesse público.
Compulsando os autos, vislumbro que não houve dano ao erário, uma vez que a Rofer Construtora Eireli foi desclassificada do certame e os contratos foram adjudicados à BRF Engenharia de Obras LTDA., que foi a vencedora dos lotes. Além disso, a competitividade do pregão restou preservada, pois a presença de empresas com vínculo societário comum não a restringiu, nem resultou em favorecimento.
Nessa senda, Maria Sylvia Zanella Di Pietro[9] reforça que a finalidade do controle da administração pública é assegurar o atendimento ao interesse público, sem que tal controle se torne instrumento de obstáculo ao cumprimento eficiente das finalidades administrativas.
Sendo assim, entendo que inexistiu prejuízo à Administração Pública e a competitividade da licitação não se viu afetada.
III. VOTO
Ante o exposto, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente Representação da Lei de Licitações.
Com o trânsito em julgado da decisão e adotadas as providências pertinentes, amparado no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[10], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I - Julgar IMPROCEDENTE a presente Representação da Lei de Licitações;
II - com o trânsito em julgado da decisão e adotadas as providências pertinentes, amparado no art. 398, § 1º, do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 5 de dezembro de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
1. *REPRESENTANTE.*

2. *Representado.*
3. *Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*
I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.
§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.
4. *THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 56ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.*
5. *Autos n.º 129785/19.*
6. *JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 19ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.*
7. *MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019.*
8. *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
9. *DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.*
10. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.

TCEPR
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações



TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 715854/20
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO: ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, BRENO PASCUALOTE LEMOS, ELIANE DE SA LORUSSO, MARCUS VINICIUS GARCIA NEGRAO
PROCURADOR/ADVOGADO: ALESSANDRO DE BORTOLI, DIEGO NERY DE MENEZES, PATRICK MADI DE SOUZA PIMPAO SILVA
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 1975/24

Trata-se de Revisão de Proventos concedida à servidora Eliane de Sa Lorusso, do Município de Curitiba, aposentada no cargo de médica.
Pelo Despacho nº 44/21-GCILB[1], em atenção ao contido no Parecer nº 1771/20-CGM[2], restou determinado o sobrestamento do feito, com fundamento no art. 427 do Regimento Interno desta Corte[3], em razão da necessidade de julgamento do processo de inativação da servidora, protocolado sob nº 117914/19, sendo o prazo de suspensão prorrogado sucessivamente mediante os Despachos nº 234/22-GCILB[4] e nº 1401/23-GCILB[5].
Por meio do Despacho nº 1095/24[6], a Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, além de noticiar o decurso do prazo de sobrestamento, informou que a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE "já incluiu o ato de aposentadoria na lista de registros de atos de inativação a ser homologada pelo Presidente deste Tribunal".
Diante disso, retornem os autos à CGM para instrução e, após, caso a instrução seja conclusiva, ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 13 de dezembro de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Peça 13.*
2. *Peça 12.*
3. *"Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento."*
4. *Peça 17.*
5. *Peça 22.*
6. *Peça 27.*

PROCESSO N.º: 326432/19
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
INTERESSADO: JOAO RICARDO DE MELLO, MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 1977/24

Considerando o contido na Informação nº 5840/24-CMEX[1], remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para proceder à intimação, na forma regimental, da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, por seu representante legal, a fim de que, no prazo 15 (quinze) dias, apresente documento comprovando o quórum da votação que aprovou o Decreto Legislativo nº 17/2024, referente ao julgamento das contas do Prefeito Municipal do exercício de 2017.
Publique-se.
Curitiba, 13 de dezembro de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Peça 151.*

PROCESSO N.º: 132138/18
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO: ANA SERES TRENTO COMIN, ASSOC REG DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL, RENATO FEDER, SADI BAO, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, VILSON IGNACIO DE LIMA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 1981/24

Em atenção ao contido na Instrução nº 931/24-CGE[1] e no Parecer nº 1178/24-7PC[2], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para, na forma regimental, proceder à intimação da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFAR, na pessoa de seu representante legal, Senhor Joveni Soares de Deus, e dos Senhores Sadi Bao e Vilson Ignacio de Lima, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem suas razões de contraditório.
Publique-se.
Curitiba, 13 de dezembro de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Peça 89.*
2. *Peça 90.*

PROCESSO N.º: 300640/24
ENTIDADE: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA
INTERESSADO: EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO: 1983/24

Pela Instrução nº 989/24[1], a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX conclui que as determinações contidas nos itens II[2] e III[3] do Acórdão nº 2831/24-S2C[4] foram cumpridas, motivo pelo qual recomenda a baixa de responsabilidade do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR.
O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 1246/24-5PC[5], corrobora o entendimento da unidade técnica.
Adotando tais manifestações como razão de decidir, com fundamento no art. 514 do Regimento Interno[6] e sem prejuízo ao resultado do julgamento das contas (art. 504, RI[7]), autorizo a baixa de responsabilidade do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR relativamente aos itens II e III do Acórdão nº 2831/24-S2C.
Encaminhem-se os autos à CMEX para expedir a respectiva Certidão de Quitação.
Não havendo outras medidas executórias a serem adotadas, declaro encerrado este processo, determinando o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo – DP, nos termos dos artigos 398, § 1º[8], e 168, inciso VII[9], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 13 de dezembro de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Peça 26.*

2. "II - determinar que o controle interno da entidade passe a emitir relatórios que efetivamente reflitam a situação fática quanto ao pagamento das parcelas de rateio;"
3. "III - determinar ao Consórcio que demonstre as providências tomadas para cobrança dos valores inadimplidos;"
4. Peça 15.
5. Peça 28.
6. "Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade."
7. "Art. 504. Provado o pagamento integral, o Tribunal expedirá a quitação do débito ou da multa ao responsável.
Parágrafo único. O pagamento integral do débito ou da multa não importa em modificação do julgamento quanto à irregularidade das contas."
8. "Art. 398. (...)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator."
9. "Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo:
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;"

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-612600/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR
INTERESSADO:-ANDRE GUSTAVO SOUZA GARBOSA, COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR, GREEN4T SOLUCOES TI SA, GUSTAVO AGUIAR NEGHERBON, VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA
PROCURADOR:-ANA PAULA CANOVA ABINAJM, CAMILA BARBOZA YAMADA, CHARLES TEIXEIRA BARBOSA, LUIZ ANTONIO FERREIRA BEZERRIL BELTRAO
DESPACHO:-1603/24

Em nova oportunidade, retornam os autos que tratam de Representação da Lei de Licitações, com pedido liminar de suspensão de contratação, formulada pela empresa VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA., em face do Contrato n.º GMS 3843/2024, celebrado entre a COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR) e a empresa GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA., oriundo de inexigibilidade de licitação, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva para o complexo do seu centro de dados (data center).
Recorde-se que foram destacados os seguintes fatos: (i) aquisição de produtos ou serviços de manutenção de sala-cofre são considerados bens comuns e a modalidade exigida para este tipo de contratação é o pregão; (ii) a suposta exclusividade em fornecimento da célula ou invólucro que compõe as salas cofre não se reflete na manutenção das mesmas, portanto a contratação por inexigibilidade não deve ser aplicada para a contratação de serviços de manutenção de sala-cofre; e (iii) há entendimento do Tribunal de Contas da União de que, para a contratação de serviços de manutenção de data centers, necessário se faz o procedimento licitatório.
A CELEPAR, devidamente intimada, apresentou sua manifestação preliminar (peça 30), onde defendeu a regularidade da contratação, requerendo a inadmissibilidade da representação e o indeferimento da cautelar.
A empresa GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA., após a admissão de sua intervenção no feito (Despacho n.º 1416/2024, peça 93), apresentou sua defesa (peça 98) que, a exemplo da estatal, defendeu a improcedência da representação.
É esse o estado dos autos até o presente momento.
Passo à admissibilidade para verificar se presentes indícios de irregularidade e se se verificam os requisitos que autorizam a concessão da cautelar pleiteada.
O que se discute no presente feito é a regularidade da contratação em tela, feita diretamente, sem licitação, pelo entendimento de que essa era inexigível, o que é contrastado pela representante que afirma ser seu objeto um serviço comum passível de ser licitado por meio do pregão.
O excerto a seguir transcrito bem define a razão erigida pela CELEPAR para sustentar a regularidade da sua contratação:
"(...) o motivo que determinou a contratação dos serviços de manutenção de salas-cofre por empresa credenciada à ABNT foi a necessidade de manter a estratégia empresarial junto aos clientes para acreditamento da segurança dos serviços prestados, principalmente o de hospedagem, bem como reduzir os riscos da Celepar de responsabilização caso ocorra algum incidente de quebra de segurança física envolvendo os dados pessoais tratados, visto que periodicamente a ABNT realiza teste de estanqueidade in loco com software específico de utilização exclusiva da ABNT ou de quem a fabricante Rittal, e hoje também SISMETAL/EDGEFY, autorizam que garante a estanqueidade, além de verificação de peças substituídas, sua origem e genuinidade e outras verificações conforme PE047 e a Especificação Técnica de Serviço – ETS – 001 para serviço de manutenção de sala-cofre, para manter a certificação ABNT 15.247.
(...)
Para manter as certificações citadas, as salas-cofres não podem ter as manutenções preventivas e corretivas prestadas por empresa não autorizada pelo fabricante e, ainda, no caso da certificação da ABNT, além de ter autorização pelo fabricante precisam estar certificadas pela ABNT" (peça 30, fls. 5-7).
Ou seja, partindo de sua premissa estratégica empresarial, a estatal intentou a contratação de serviços de manutenção de data center apenas por empresas autorizadas pelo fabricante e credenciadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ocorre que, como informado pela própria ABNT, em documento encaminhado pela representada, datado de 18 de março de 2024, "apenas a empresa fabricante de sala-cofre SISMETAL LTDA. e sua autorizada empresa GREEN4T SOLUÇÕES TI AS possuem a certificação ABNT" (peça 30, fls. 9).
Eis o cerne da exclusividade que desaguou na inexigibilidade de licitação.
E se assim o é, diga-se, de plano, que a representação há que ser recebida, pois o tema já se encontra em discussão nessa Casa, em que pese ainda não ostentar uma decisão definitiva, ou seja, transitada em julgada. Na Representação da Lei de Licitações, autuada sob o n.º 765444/20, formulada também pela aqui ora representante, a controvérsia residiu justamente na exigência, como quesito de qualificação técnica, de certificação pela ABNT NBR 15.247. E em duas oportunidades, esta Corte reconheceu a sua irregularidade.
No Acórdão n.º 3346/2020, do Tribunal Pleno, foi admitida o descabimento dessa exigência, assim ementado:
"Representação da Lei nº 8.666/93. Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar. Pregão Eletrônico nº 648/2019. Contratação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva para o complexo do centro de dados (Datacenter e ambiente de certificação digital). Manutenção de sala-cofre. Exigência de atestado de capacidade técnica para prestação de serviços de manutenção em conformidade com a norma ABNT NBR 15.247/2004. Pela procedência com expedição de determinação para apresentação de plano de ação para a abertura de novo processo licitatório, com a adequação da exigência, conforme apontado pela instrução e pela jurisprudência do TCU, sob pena de responsabilização dos gestores" (grifou-se).
Apesar da interposição de recursos de revista, as pretensões recursais deixaram de ser providas pelo Acórdão n.º 3491/2024, também do Tribunal Pleno.
Diante desses dois precedentes, ainda que não gozem de definitividade, forçoso reconhecer que a exigência de certificação pela ABNT, que fundamentou a inexigibilidade, foi considerada imprópria.
E isso, por si só, autoriza o recebimento da representação, pois se irregular a eleição de exigência no procedimento licitatório anterior e que agora fundamenta a inexigibilidade, há também a contaminação dessa.
Apesar disso, entendo por descabido o pedido cautelar de rescisão do contrato. Ainda que se verifique a plausibilidade jurídica do pedido, inexiste aqui o perigo da demora, pelo contrário, o que há é o perigo da demora inverso.
O referido contrato de manutenção do data center desvela significativa importância para a representada, eis que atrelado à segurança dos dados dos seus clientes. Em assim sendo, tenho para mim que a suspensão da contratação vigente afetaria, de forma significativamente negativa, as atividades cotidianas do estatal, eis que ficaria tolhida da manutenção de equipamento responsável pela tutela de dados de usuários, o que poderia comprometer a sua própria atividade final e o posicionamento no mercado que atua. Assim, entendo por caracterizado o periculum in mora reverso, eis que parece ser hipótese em que o dano resultando da concessão da medida se mostra significativamente superior ao que se deseja evitar.
Destarte, recebo a representação, no entanto, indefiro o pedido cautelar.
Posto isso, decido:
1) RECEBER a presente Representação da Lei de Licitações, visto que preenchem os requisitos do § 4º do artigo 170 da Lei n.º 14.133/2021, bem como dos artigos 30 e 32 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005) e dos artigos 275 e 276, caput e § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (RITCEPR);
2) INDEFIRIR o pedido cautelar de rescisão do contrato;
3) REMETER os autos à Diretoria de Protocolo para INCLUIR na autuação e proceder a CITAÇÃO, por meio de ofício com aviso de recebimento (AR), nos termos do inciso II do artigo 278, inciso II do artigo 381 e caput do artigo 382 do Regimento Interno, da CELEPAR, por meio do seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do AR aos autos, exerça o contraditório em face das irregularidades noticiadas.
Após o decurso dos prazos para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para ciência e, após à Coordenadoria de Gestão Estadual e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
Curitiba, 12 de dezembro de 2024.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-800279/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO:-ANA JULIA PIRES RIBEIRO, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
PROCURADOR:-PAULO KANIA LENZI
DESPACHO:-1609/24

I. Encerram os presentes autos Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, formulada pela Deputada Estadual ANA JÚLIA PIRES RIBEIRO, em face do Edital de Chamamento n.º 17/2024, lançado pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, que tem por objeto o "credenciamento para contratação por resultado de edital de credenciamento, pessoas jurídicas de direito privado especializadas na prestação de serviços de gestão educacional e implementação de ações e estratégias que contribuam para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos das instituições de ensino estaduais, autorizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, conforme especificações técnicas e demais exigências do Edital e seus Anexos" (peça 4, fls. 1), no âmbito do Programa Parceiro da Escola.
II. Na exordial, foram apontadas como irregularidades: (i) não abertura de credenciamento para todos os lotes, eis que apesar de o edital ter separado as instituições de ensino elegíveis em 15 lotes, o ente estadual, no portal para o credenciamento de interessados, abriu o certame somente para um único lote (AMS01), inexistindo credenciamento aberto para os demais lotes; (ii) realização da consulta pública nas instituições de ensino elegíveis anteriormente ao credenciamento para o lote específico; e (iii) alegação de assédio a alunos e responsáveis para votação pela adesão ao referido programa.
III. Preliminarmente, destaco que as impropriedades explicitadas podem ser passíveis de justificativas, o que autoriza a concessão de oportunidade à representada para que, antes do recebimento do expediente, aporte, caso queira, os elementos que entender pertinentes, para fins de formação de um adequado juízo de admissibilidade do feito.
IV. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à imediata inclusão na autuação e intimação da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, via meio eletrônico ou contato telefônico e e-mail, com certificação nos autos, para apresentar manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de apreciação da medida cautelar independentemente de sua prévia oitiva, nos termos do artigo 282, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
V. Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade e análise do pleito cautelar.
Curitiba, 13 de dezembro de 2024.

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 568364/23
ORIGEM: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADOS: ANEURI MOREIRA DE LIMA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, FERNANDO HENRIQUE MOREIRA LIMA, MARIA JOSE SANTANA DA SILVA
PROCURADORES: ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
ASSUNTO: REVISÃO DE PENSÃO
DESPACHO N.º: 1725/24
Considerando os esclarecimentos prestados pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, Informação n.º 274/24 – CAGE, peça 19, com fundamento no artigo 427, § 2º do Regimento Interno[1], determino a prorrogação do sobrestamento da presente Revisão de Pensão, até o julgamento do Requerimento de Análise Técnica – Pensão, Processo n.º 48499-3/23, em que se discute a legalidade do ato de concessão de pensão por morte, à Sra. Maria José Santana da Silva, na condição de convivente do segurado Aneuri Moreira de Lima, falecido em 04/06/2023.
À Secretaria para certificação e, na sequência, à Coordenadoria de Gestão Estadual para cumprimento.
Publique-se.
Curitiba, 10 de dezembro de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
__1__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento. (...)
§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 328216/14
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PEABIRU
INTERESSADOS: CLAUDINEI ANTONIO MINCHIO (FALECIDO(A) EM 2021), JULIO CEZAR FRARE, LUZIA FERREIRA SIMONELLI, MANOEL FERNANDES DOS SANTOS PEREIRA, MUNICÍPIO DE PEABIRU
PROCURADORES:
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO N.º: 1729/24
Vieram os autos para deliberação quanto à prorrogação de sobrestamento dos presentes autos (Protocolo n.º 328216/14), Despacho n°. 1084/24 – CGM (peça 153), tendo em vista que ainda não ocorreu o trânsito em julgado do processo originário (Protocolo n.º 57191-7/19).
Considerando que o processo originário encontra-se pendente de julgamento, com fundamento no art. 427, § 2º, do Regimento Interno[1], determino a prorrogação do sobrestamento do presente Ato de Inativação, até o julgamento do Processo de Admissão de Pessoal da servidora Luzia Ferreira Simonelli, Processo n.º 57191-7/19.
À Secretaria para certificação e, na sequência, à Coordenadoria de Gestão Municipal para cumprimento.
Publique-se.
Curitiba, 10 de dezembro de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
__1__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento. (...)
§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO Nº: 630489/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
INTERESSADO: MARCIO ARTUR DE MATOS, MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
PROCURADOR: LEANDRO BASANTE ALBUQUERQUE SANTOS, RENATO LOPES, ROBERTO DOMINGUES ALVES, VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 2095/24
I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, proposta por PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., noticiando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 67/2024 instaurado pelo MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, cujo objeto é o "registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento e controle da frota, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID ou NFC (ou similar)." O valor estimado é de R$6.041.259,33 (seis milhões, quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e nove reais e trinta e três centavos), com data de abertura em 07/08/2024.
A representante relata que findada a etapa de lances, foi constatado que a empresa Trivale Instituição de Pagamento Ltda. ofertou, em tese, a melhor proposta para a administração, tendo o objeto licitado sido adjudicado em seu favor.
Contudo, afirma que a emissão do atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa foi revista e o atestado cancelado, razão pela qual a empresa Trivale Instituição de Pagamento Ltda. não poderia ser considerada habilitada. Diante disso, requer a análise dos fatos por este Tribunal de Contas e a rescisão do contrato firmado.
Por intermédio do Despacho n. 1608/24 (peça 9), o município foi intimado para apresentar esclarecimentos e cópia integral do procedimento administrativo que antecedeu o certame.
Em cumprimento, o Município de Telêmaco Borba apresentou contraditório à peça 14, afirmando que a representante tumultuou o procedimento licitatório por diversas vezes, "na tentativa de convencer aos servidores responsáveis pelas avaliações das funcionalidades do sistema exigido, no sentido de forçar comprovações não exigidas no edital, além dos incansáveis contatos telefônicos em busca de informações privilegiadas, fora das sessões públicas do pregão." Esclareceu que a representante provocou o cancelamento do atestado técnico, mas que a empresa vencedora obteve êxito em substituir o atestado por outro.
A despeito das informações prestadas, o Município não acostou a íntegra do procedimento licitatório, razão pela qual foi intimado a fazê-lo (Despacho n. 1945/24).
O Município, à peça 18, apresentou documentos e indicou o link para seu acesso.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, RECEBO a Representação.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, para que promova a expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, da CITAÇÃO ao MUNICÍPIO DE TELEMACO BORBA, na pessoa de seu representante legal, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 35, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, defesa quanto ao mérito da representação.
Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.
IV. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
V. Após, voltem-me conclusos.
Gabinete, 16 de dezembro de 2024.
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 187506/23
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE REBOUÇAS
INTERESSADO: LUIZ EVERALDO ZAK, MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, MUNICÍPIO DE REBOUÇAS, THIAGO CIPRIANO
PROCURADOR: RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, THIAGO RAMOS PEREIRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 2098/24
Transitado em julgado o Acórdão n. 3566/24 – STP, conforme certificado na peça 56, autorizo, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Gabinete, 9 de dezembro de 2024.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Diretor de Gabinete de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____
__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
__2__. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO Nº: 204796/23
ENTIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: FRANCISCO ZANICOTTI, GILBERTO GIACOIA
PROCURADOR: ALEXANDRE FERRAZ LEWIN, MARCOS AUGUSTO GIMENEZ, SUELI TEREZINHA SOCHA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO: 2099/24
Transitado em julgado o Acórdão n. 3581/24 - STP, conforme certificado na peça 45, autorizo, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.

Gabinete, 9 de dezembro de 2024.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Diretor de Gabinete de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____

__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
__2__. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO N°: 537756/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO: ALDRIAN FERNANDO CORTES MATOSO, ELOIZE MINATOWICZ PISKA, MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SINDICATO DAS EMPRESAS DE REF COL DO ESTADO DO PARANA
PROCURADOR:-ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, CAMILA COSTA GARRIDO, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, CLAUDIO SOCCOLOSKI, EGON BOCKMANN MOREIRA, ENILSON LUIZ WILLE, EVERSON LUIZ DA SILVA, FERNANDO HENRIQUE BASSAN PEIXOTO, GABRIEL JAMUR GOMES, GISELE JAQUES BASTOS, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, HELOISA CONRADO CAGGIANO, IVERSON DE TOLEDO M TEIXEIRA, JAIME PEREIRA JÚNIOR, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ, MARCUS VINICIUS SPOSITO, MATHEUS FERRI, NAHOMI HELENA DE SANTANA, NELSON CASTANHO MAFALDA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, THAIS BAZZANEZE, VIVIAN MACHADO GARCIA
ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPACHO: 2100/24
I. Retornam os autos a este Gabinete para deliberação acerca da admissibilidade do recurso interposto por ALDRIAN FERNANDO MATOSO, via petição intermediária n. 805793/24, contra o Acórdão n. 2128/24 - STP (peça 114), que julgou parcialmente procedente a Representação.
II. Da análise, observo que a petição foi autuada em 03/12/2024, dentro do prazo previsto no art. 484 do Regimento Interno, considerando que contra a decisão atacada foram interpostos embargos de declaração, rejeitados pelo Acórdão n. 3559/24 – STP, o qual foi disponibilizado no Diário Eletrônico em 07/11/2024.
III. Também, verifico presentes os demais requisitos, atinentes à adequação procedimental, legitimidade e interesse, em razão do que recebo o Recurso de Revista e determino o envio do feito à Diretoria de Protocolo para a devida autuação e distribuição.
IV. Publique-se.
Gabinete, 16 de dezembro de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 621507/19
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO: ALCINEU GRUBER, AUGUSTINHO DIVINO DOS REIS, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 2111/24
I. Retornam os autos a este Gabinete para deliberação acerca da admissibilidade dos embargos declaratórios opostos pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, via petição intermediária n. 820709/24, em face do Acórdão n. 4069/24 – S1C (peça 36).
II. Da análise, observo que a decisão desta Corte foi disponibilizada no Diário Eletrônico n. 3352, do dia 09/12/2024, e que a peça embargante foi autuada em 10/12/2024, o que demonstra sua tempestividade, nos termos do disposto no art. 490 do Regimento Interno.
Também, verifico presentes os demais requisitos, atinentes à adequação procedimental, legitimidade e interesse, em razão do que recebo os Embargos de Declaração e determino o envio do feito à Diretoria de Protocolo para a devida autuação.
III. Após, retornem.
IV. Publique-se.
Gabinete, 16 de dezembro de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 623224/19
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MARISETE ROGOWSKI, WALTER PARCIANELLO
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 2112/24
I. Retornam os autos a este Gabinete para deliberação acerca da admissibilidade dos embargos declaratórios opostos pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, via petição intermediária n. 820288/24, contra o Acórdão n. 4070/24 – S1C (peça 36).
II. Da análise, observo que a decisão desta Corte foi disponibilizada no Diário Eletrônico n. 3352, do dia 09/12/2024, e que a peça embargante foi autuada no mesmo dia, o que demonstra sua tempestividade, nos termos do disposto no art. 490 do Regimento Interno.
Também, verifico presentes os demais requisitos, atinentes à adequação procedimental, legitimidade e interesse, em razão do que recebo os Embargos de Declaração e determino o envio do feito à Diretoria de Protocolo para a devida autuação.
III. Após, retornem.
IV. Publique-se.
Gabinete, 16 de dezembro de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 525304/23
ENTIDADE: PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: ADRIANA MAIA ALBINI, LINDAMIR DA CRUZ ALVES DOS SANTOS, MAURICIO DOS PRAZERES COUTINHO, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 2113/24
I. Trata-se de recurso de revista interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, representado pelo seu Procurador-Geral, GABRIEL GUY LÉGER, contra o Acórdão n. 1807/23 – S1C (peça 56), em que se reconheceu o registro tácito da Portaria n. 11/2016 da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, que concedeu aposentadoria a LINDAMIR DA CRUZ ALVES DOS SANTOS, Professora do Município de Paranaguá.
II. Após apresentadas contrarrazões (peça 205) e coletada a manifestação da unidade técnica (peça 107), o recorrente, via requerimento n. 68/24 (peça 109), reviu seu posicionamento e informou a desistência do recurso, com amparo no art. 68 da Lei Complementar n. 113/2005[1].
III. Justifica a desistência na (...) necessidade de harmonização das decisões desta Corte de Contas às balizas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, no que tange ao transcurso do prazo quinquenal estabilizador, no plano fático-jurídico, de situações que se encontram consolidadas no tempo (...), considerando recentes decisões deste Tribunal adotadas nos Acórdãos n. 2718/24 – STP[2] e n. 2740/24 – STP[3], contrárias à tese recursal.
IV. Assim, com fundamento no § 4º do Art. 477 do Regimento Interno[4], HOMOLOGO o pedido de desistência feito pelo representante ministerial relativo ao presente recurso de revista, autuado sob o n. 525304/23.
V. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que se promova o retorno do comando ao processo n. 615461/17 e se encaminhe o feito ao respectivo relator, para conhecimento e deliberações que entender necessárias.
IV. Publique-se.
Gabinete, 16 de dezembro de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

__1__. LC 113/2005 Art. 68. O recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência dos demais interessados, desistir do recurso ou renunciar ao direito de recorrer.
__2__. Acórdão n. 2718/24. Ementa: Recurso de Revista. Ministério Público de Contas. Município de Rolândia. Ato de Inativação. Ausência de inconstitucionalidade. Incidência do prazo decadencial de 5 anos para a Administração Pública revisar o ato de inativação. Observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, dignidade da pessoa humana e da eficiência processual. Pelo não provimento.
__3__. Acórdão n. 2740/24. Ementa: Recurso de Revista. Ato de Inativação nº 457630/18. Acórdão n.º 190/24 - Primeiro Grau. Pedido de modulação dos efeitos do Prejulgado nº 31 e de reconhecimento da nulidade do despacho de homologação de benefício com a consequente negativa do seu registro. Decadência reconhecida nos termos do tema 445 do STF e Prejulgado 31 desta Corte. Pelo conhecimento e não provimento do Recurso de Revista.
__4__. Art. 477. A petição recursal, contendo as razões e acompanhada dos documentos nela referidos, que ainda não integrem os autos, será dirigida ao Relator da decisão recorrida, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.
(...)
§ 4º Após o sorteio de relator, somente o órgão julgador ad quem poderá proferir decisão terminativa do recurso, ressalvada a possibilidade do Relator, por decisão monocrática, homologar pedido de desistência do recorrente.

PROCESSO Nº: 722650/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
INTERESSADO: R & M ALIMENTOS EIRELI
PROCURADOR: BARBARA MELLER DA SILVA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 2120/24
Decorrido o prazo para a apresentação de eventuais contestações ao Despacho n. 1864/24 (peça 13), pelo qual o relator não conheceu da presente representação, autorizo, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Gabinete, 11 de dezembro de 2024.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Diretor de Gabinete de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____

__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
__2__. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO Nº: 741400/24
ENTIDADE: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ
INTERESSADO: ANDRÉ SANTANA NAVARRO, GERALDO GENTIL BIESEK
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 2123/24
Certificado o decurso de prazo para eventual contestação aos termos do Despacho n. 1905/24, que não recebeu a presente representação, autorizo, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Gabinete, 11 de dezembro de 2024.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Diretor de Gabinete de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____

__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
__2__. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO N°: 358181/23
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 2124/24

Em atenção ao Despacho n. 5245/24 (peça 23), do Gabinete da Presidência, manifesto minha ciência quanto ao não conhecimento, pelo 2º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, de recurso inominado proposto por Reni Clovis de Souza Pereira nos autos do Processo n. 0027805-45.2022.8.16.0030, em que se havia deferido, em sede liminar, a suspensão parcial de multas aplicadas por esta Corte no âmbito da Prestação de Contas n. 135407/16[1], atualmente sob minha relatoria.

Considerando que a decisão judicial ainda não transitou em julgado, encaminhem-se à Diretoria Jurídica para continuidade no acompanhamento.

Gabinete, 16 de dezembro de 2024.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro

_____

__1__. Acórdão de Parecer Prévio n. 21/22 – S1C. Ementa: Prestação de Contas do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, exercício de 2015. Parecer Prévio pela IRREGULARIDADE das contas em razão dos seguintes itens: Relatório do Controle interno que apresentou a ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão; Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial entre os dados do SIM-AM e a Contabilidade; Ausência de pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial; Contas bancárias com saldos a descoberto; Fontes de recursos com saldos a descoberto (Saldo financeiro negativo por fonte de recursos). Utilização de receita vinculada em finalidade diversa da arrecadação, contrariando regras de gestão fiscal, contidas no parágrafo único do art. 8º e ao art. 50, inciso I da LRF. RESSALVA em razão da Entrega dos dados do mês 13 - encerramento do exercício do Sistema SIMAM com atraso. Com aplicação de MULTAS.

PROCESSO N°: 781410/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, S3 COMPANY SERVICOS LTDA
PROCURADOR: VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 2144/24

I. Trata-se de Representação da Lei 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, proposta por S3 COMPANY SERVIÇOS LTDA, contra o MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, na qual sustenta a existência de supostas irregularidades na execução do contrato n. 015/2024, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n. 2/2024 - Chamamento Público n. 001/2024, cujo objeto era a "contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos plantonistas, médicos especializados e profissional para atuar na direção clínica, conforme necessidade da secretaria municipal de saúde do município de bom sucesso."

Afirma que apesar de prestar regularmente os serviços contratados não recebeu o pagamento devido, no valor de R$ 42.666,66 (quarenta e dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), referente aos empenhos n. 6219/2024 e n. 5664/2024, que venceram, respectivamente, nos dias 11/11/2024 e 18/10/2024.

Diz que o município realizou o pagamento de outros fornecedores em detrimento da ordem cronológica de pagamentos e que, a título exemplificativo, a empresa URGEX SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, credenciada no mesmo certame, já recebeu mais de um milhão de reais.

Informa, ainda, que, nos termos do art. 79 da Lei n. 14.133/2021, quando for impossível realizar a contratação imediata de todos os credenciados a distribuição das demandas deve ser realizada de forma equitativa. Contudo, afirma que tal critério não é observado no credenciamento objeto da presente representação, já que a diferença dos valores recebidos pela empresa URGEX SERVIÇOS MÉDICOS LTDA supera um milhão de reais.

Ao final, requer seja expedida determinação ao município para que respeite a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 e art. 79, parágrafo único, II, da Lei 14.133/21. E, no mérito, a procedência da representação, a fim de que o município seja compelido a não promover outros pagamentos da mesma natureza em detrimento dos empenhos n. 6219/2024 e n. 5664/2024, bem como realize a distribuição igualitária dos serviços entre as empresas credenciadas.

Diante da insuficiência de informações trazidas pela parte, com fundamento no art. 35, II, "b", do Regimento Interno (Despacho 2033/24, peça 18), o feito foi encaminhado à Coordenadoria de Gestão Municipal, que entendeu que seriam necessárias diligências para maiores esclarecimentos.

Vieram os autos conclusos para análise.

É o breve relato.

II. Em sede de cognição sumária, depreende-se que faltam elementos para o adequado exame de admissibilidade do expediente, se fazendo necessária a manifestação do município para que esclareça os fatos narrados na exordial.

III. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de que, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, promova a intimação, pelos meios de comunicações disponíveis[1], do MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação preliminar quanto aos fatos noticiados, devendo juntar os documentos que entender pertinentes para o esclarecimento dos fatos.

IV. Após, retornem conclusos.

Gabinete, 16 de dezembro de 2024.

MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Telefone, aplicativo de mensagem, e-mail, fax e etc.

PORTAL DE INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO N º:-788503/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CONTENDA
INTERESSADO:-ANTONIO ADAMIR DIGNER, MUNICÍPIO DE CONTENDA, WM ENERGIA SOLAR LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LUCAS MOTA ELIAS
DESPACHO:-1628/24

DESPACHO

Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa WM ENERGIA SOLAR LTDA em face do MUNICÍPIO DE CONTENDA, dando conta de possível irregularidade no procedimento licitatório de Concorrência n° 10/2024, cujo objeto é a "Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistema(s) de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse 4106209/2023 entre o Município de CONTENDA e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia", com valor máximo de contratação de R$ 1.807.204,15 (Um milhão, oitocentos e sete mil, duzentos e quatro reais e quinze centavos), e sessão realizada no dia 23/10/2024.

Como anteriormente pontuado, a representante argumentou que a há irregularidades que visam direcionar o objeto do certame à empresa ENERGY GREEN ENERGIA DO BRASIL LTDA, consistente na desclassificação de 8 participantes do certame pelo pregoeiro por supostamente não terem apresentado proposta; por reconhecimento de inexequibilidade de proposta de modo absoluto, em contrariedade à jurisprudência do TCU e desta Corte, e ausência de apresentação de declaração de integralidade de custos, documento que não é previsto como requisito de habilitação na legislação.

Afirmou que a plataforma BLL Compras obriga o cadastro de proposta juntamente com o credenciamento na disputa, bem como que a empresa habilitada teria adotado postura idêntica às empresas inabilitadas e classificou os atos do pregoeiro como erro grosseiro.

Dante da irregularidade requereu, em sede de cautelar, a imediata suspensão do certame e, no mérito, a procedência da representação, com a correção das irregularidades.

Por meio do Despacho nº 1543/24 – GCAZ[2] determinei a intimação do Município para manifestação preliminar e da representante para demonstração de sua legitimidade.

A representante apresentou o Contrato Social no qual consta o Sr. Marlon Felipe Schultze como sócio administrador.

Em resposta, o Município apresentou manifestação na qual informou que acatou pedido de reconsideração formulado pela empresa, a fim de permitir a demonstração da exequibilidade da proposta.

Dessa forma, tendo a Administração municipal adotado medida cabível ao caso, com correção das irregularidades apontadas, ocorreu a perda do interesse de agir da representante e a presente representação deixou de ter finalidade.

Isto posto, considerando a ausência de elementos hábeis a ensejar o prosseguimento da demanda, ante a perda superveniente do objeto, com fundamento no art. 32, XII, e 276, §3º, ambos do RITCEPR, DEIXO DE RECEBER a presente Representação.

Para além, diante do juízo negativo de admissibilidade desta Representação, DETERMINO:

a) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas (MPC) para ciência deste despacho;

b) Comunicação desta decisão ao Tribunal Pleno na forma do art. 436, parágrafo único, inciso IV, do RITCE/PR;

c) Com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para anotações nos termos do art. 175-L, IX, do Regimento Interno.

d) Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.

Publique-se.

Gabinete, em 13 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

__1__. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
(...)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
__2__. Peça nº 9.

PROCESSO N º:-402672/24
ORIGEM:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1637/24

DESPACHO

Determinei o sobrestamento do feito, pelos fundamentos dos Despachos 1398/24 e 1556/24.

O denunciado protocolizou pedido de encerramento do feito, por meio da petição de peças 76.

Com efeito, sem adentrar no mérito da peça processual, permanece inalterado o juízo do sobrestamento, diante da ausência de julgamento definitivo pela municipalidade, que analisa o caso em sede de processo administrativo.

Retornem os autos à CGM para os fins do Despacho 1398/24 (peças 65).

Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-790109/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
INTERESSADO:-INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA, JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK, EDUARDO MARAFON SILVA
DESPACHO:-1639/24
Retornam os autos para manifestação acerca do recebimento do Recurso de Agravo protocolado pelo denunciante na peça 21.
O Município de Piraquara, ora representado, manifesta seu inconformismo com a Decisão Monocrática proferida no Despacho nº 1546/24 – GCA, peça nº 15, onde recebi a presente representação e concedi medida cautelar para suspender o processo licitatório.
A cautelar foi deferida por ter sido constatado por este Relator, que havia recurso pendente de apreciação quando a sessão de reabertura do processo licitatório tinha sido marcada para o dia 29/11/2024, transcrevo:
"No que concerne ao pedido cautelar de suspensão do certame, entendo que o este deve ser deferido, uma vez preenchidos os requisitos que autorizam a concessão.
O fummus boni iuris resta demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas pela representante no que concerne a ausência de decisão sobre o seu recurso interposto."
Analisando o Recurso, verifico que, na ocasião da concessão da medida cautelar, publicada em 04/12/2024 (peça 19), da qual o recorrente teve ciência em 02/12/2025 (peça 16), não havia decisão proferida no recurso interposto pela representante, que só foi proferida em 05/12/2024, conforme informa o próprio recorrente, in verbis:
"Prima facie, resta superada a alegação quanto à ausência da análise do recurso hierárquico, considerando que este fora decidido em 05/12/2024, dentro do prazo legal disposto no art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021, em que, inclusive, manteve-se a inabilitação da representante." (Grifo nosso).
Portanto, por ocasião da concessão da medida cautelar pretendida pelo representante, o Município representado, não havia cumprido a determinação contida no Art. 168 da Lei Federal. 14.133/21, transcrevo.
"Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente."
Note-se que o processo licitatório não poderia prosseguir sem o julgamento do recurso, o que, ao que consta nesses autos, aconteceu, ao ser designada nova sessão para o dia 29/11/2024, fato não contestado pelo recorrente.
No recurso interposto, é possível verificar que o açodamento da municipalidade em dar continuidade ao processo licitatório está evidenciado no fato de que a gestão da UPA encontra-se regida por um contrato emergencial que findará em 17/12/2024, como sustenta o recorrente:
"(iii) Por fim, o periculum in mora não se justifica, diante da ausência de ilegalidade da inabilitação, não se tratando de restrição de competição, mas atendimento aos ditames legais, bem como a manutenção da medida cautelar pode gerar irreversibilidade da decisão, visto que o término do contrato emergencial vigente é iminente (17/12/2024) e por se referir, inegavelmente, de serviço público essencial de caráter contínuo."
Ainda que a medida cautelar conferida esteja em consonância com a legislação existente, em um segundo momento, verificando o perigo de dano reverso à comunidade, entendo que existe motivo para retratação, quanto à medida cautelar exclusivamente, nos termos do §2ª do Art. 75 da Lei Complementar nº 113/2205[1], pois, como dito anteriormente, a ausência de decisão sobre recurso pendente, enseja a suspensão do certame, mas é possível verificar que a medida poderá causar maior prejuízo à Administração e especialmente aos munícipes.
No entanto, no que concerne aos motivos que ensejaram o recebimento da presente representação, não encontro razão para rever a decisão de imediato.
A alegação de fraude documental existente na inabilitação da recorrente, bem como o próprio prosseguimento do processo licitatório, sem que houvesse decisão definitiva da autoridade superior, merecem melhor análise deste Tribunal, para que sejam evitados prejuízos futuros à municipalidade.
Diante do exposto mantenho a decisão de recebimento acerca da presente representação e determino a revogação da medida cautelar deferida.
Decorrido o prazo estabelecido para apresentação de contraditório, despacho nº 1546/24 – GCAZ (peça nº 15), considerando que a interposição de recurso de Agravo não tem o condão de suspender os prazos processuais, retornem os autos a este Gabinete.
Publique-se.
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Art. 75.*
§ 2º Por ocasião do exame de admissibilidade, o Relator poderá exercer o juízo de retratação.

PROCESSO N º:-204200/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
INTERESSADO:-ISMAEL BATISTA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1640/24
DESPACHO
Trata-se da Prestação de Contas Anual apresentada pela Prefeita Municipal do Município de Paiçandu, referente ao exercício financeiro de 2023, emitida nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa 172/2022[1] com as alterações trazidas pela Instrução Normativa 185/2024[2].
A Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), realizou o exame das contas[3] e opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2023, nos termos do artigo 25, I, da Instrução Normativa 172/2022, em sintonia com o artigo 26, §§ 1º e 2º, da citada Instrução, submeteu à apreciação desse Relator a possibilidade de concessão de contraditório para oportunizar a manifestação do gestor quanto à Avaliação da Atuação Governamental nas áreas da Transparência e Relacionamento com o Cidadão e Administração Financeira, conforme indicado na Tabela 32 da Instrução 3258/24 e de acordo com os parâmetros sugeridos no Anexo II da IN n.º 172/2022.
Assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, o Sr. Ismael Batista, Prefeito Municipal do Município de Paiçandu, apresentou petição[4] alegando déficits na transmissão das informações a esta Corte em razão da vacância do cargo de ouvidor, que foi interinamente ocupado por servidora lotada no gabinete, em relação à administração financeira, atribui o resultado à deficiência nas respostas enviadas pelos interlocutores municipais, citando, exemplificativamente, que em relação às questões relacionadas com o processo de elaboração e de divulgação dos instrumentos de planejamento orçamentário, houve o cumprimento integral pelo Município e pelo gestor.
Em nova manifestação[5] a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) não é possível verificar que os itens do questionário cujas respostas foram negativas tenham sido cumpridos no decorrer do exercício de 2023, reiteram-se as conclusões expostas na Instrução nº 3258/24 – CGM, opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2023.
Diante do exposto, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.*
2. *Altera a Instrução Normativa nº 172/2022, que dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.*
3. *Instrução – 3258/24 – CGM – Peça 08.*
4. *Petição Intermediária nº 736805/24 – Peça nº 22.*
5. *Instrução - 6158/24 – CGM – Peça 23.*

PROCESSO N º:-304506/24
ORIGEM:-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A
INTERESSADO:-EDER EDUARDO BUBLITZ
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-JACKSON DA CRUZ SILVA, LETICIA ALVES DE JESUS
DESPACHO:-1641/24
DESPACHO
Cuida-se de prestação de contas anual, exercício 2023, das Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA/PR, de responsabilidade do senhor Eder Eduardo Bublitz.
O processo em apreço foi distribuído para relatoria do Conselheiro Augustinho Zucchi, porém, a jurisdicionada consta no rol de entidades fiscalizadas pela 1ª Inspetoria de Controle Externo -1ª ICE, superintendida pelo mesmo Conselheiro, Augustinho Zucchi. Salvo melhor entendimento, perpetra-se afronta ao sistema acusatório, adotado pelo processo administrativo em empréstimo do direito criminal, ao concentrar no mesmo Conselheiro os procedimentos de fiscalização/instrução e prolação do voto.
A reunião dos procedimentos fiscalizatórios e do voto no mesmo Conselheiro, restringe a formação dos elementos cognitivos que formam o decisum, suprimindo a independência do Relator em reavaliar o opinativo da unidade técnica e decidir de forma adversa, se assim carecer, uma vez que a conclusão da instrução técnica, a priori, transcorreu sob sua supervisão e, uma vez isso ocorrendo, demonstrará contradição entre a conclusão da instrução com o voto proferido, da mesma forma que conspurca o devido processo legal substancial, ao tirar a possibilidade do jurisdicionado ter a matéria reanalisada pelo Relator, no caso de opinativo desfavorável.
Nesse sentido, em homenagem ao devido processo legal e para que seja afastada qualquer arguição de nulidade processual, remetam-se os Autos à Diretoria de Protocolo para que seja designado novo Relator, por meio da redistribuição dos autos.
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-300306/24
ORIGEM:-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA
INTERESSADO:-CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LEANDRO SOUZA ROSA
DESPACHO:-1642/24
DESPACHO
Cuida-se da prestação de contas do FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA-FUNSAUDE, referente ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade de Carlos Alberto Gebrim Preto, inscrito no CPF/MF sob n° 573.820.509-04 e Cesar Augusto Neves Luiz, inscrito no CPF/MF sob n° 697.210.339-87.
O processo em apreço foi distribuído para relatoria do Conselheiro Augustinho Zucchi, porém, a jurisdicionada consta no rol de entidades fiscalizadas pela 1ª Inspetoria de Controle Externo -1ª ICE, superintendida pelo mesmo Conselheiro, Augustinho Zucchi. Salvo melhor entendimento, perpetra-se afronta ao sistema acusatório, adotado pelo processo administrativo em empréstimo do direito criminal, ao concentrar no mesmo Conselheiro os procedimentos de fiscalização/instrução e prolação do voto.
A reunião dos procedimentos fiscalizatórios e do voto no mesmo Conselheiro, restringe a formação dos elementos cognitivos que formam o decisum, suprimindo a independência do Relator em reavaliar o opinativo da unidade técnica e decidir de forma adversa, se assim carecer, uma vez que a conclusão da instrução técnica, a priori, transcorreu sob sua supervisão e, uma vez isso ocorrendo, demonstrará contradição entre a conclusão da instrução com o voto proferido, da mesma forma que conspurca o devido processo legal substancial, ao tirar a possibilidade do jurisdicionado ter a matéria reanalisada pelo Relator, no caso de opinativo

desfavorável.
Nesse sentido, em homenagem ao devido processo legal e para que seja afastada qualquer arguição de nulidade processual, remetam-se os Autos à Diretoria de Protocolo para que seja designado novo Relator, por meio da redistribuição dos autos.
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N °:-274291/13
ORIGEM:-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PAULO MAC DONALD GHISI, RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-FABIAN EMANUEL DALTOE DALMINA, JAQUELINE MARQUES DE SOUZA
DESPACHO:-1643/24
DESPACHO
Em atenção à Informação n.º 736/24 – DIJUR (peça 150), manifesto ciência acerca dos fatos expostos, ao tempo em que devolvo o feito à Diretoria Jurídica (DIJUR), para a continuidade no acompanhamento da demanda judicial, uma vez que ainda não houve o trânsito em julgado da demanda em questão.
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N °:-317051/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE
INTERESSADO:-AIRTON ROBERTO CAMBRUZZI, ALCIONE REGINA DE BRITO FREITAS, ALLAN RODRIGO FERNANDES, ANA LUCIA GARCIA SILVA, ANDERSON DUTRA BARBOSA, ANTONIO MARCOS APARECIDO CORDEIRO, AUGUSTO ROCHA CREMONESE, CLAUDIA DE LIMA INOCENCIO DA SILVA, CRISTIANE KRAUSE, FABIELSON DA SILVA GOMES, FERNANDO DE OLIVEIRA DE SOUZA, FERNANDO TOMAZ PIRES, FRANCIELE MONTEIRO DE OLIVEIRA, GILEADE MONTEIRO DA SILVA, JAQUELINE FERNANDES DA SILVA, JOSE ANTONIO ALVES, LETICIA STROSSI DE OLIVEIRA, LUCAS DE OLIVEIRA SANTOS, LUCIAN ALUISIO DIERINGS, MARCOS ANDRE VIDAL, MARLENE BARROS MACHADO SUZUKI, MARTA APARECIDA DE CARVALHO, MILENA BORBA MAZARIN, MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE, NAYARA SANTOS PINTO, RAFAEL JUNIOR ALVES, ROSICLEIA APARECIDA FRANCO DA SILVA, SILVANA PEREIRA DE LIMA DE OLIVEIRA, TATIANE DE LIMA
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1644/24
DESPACHO
Tendo em vista a Informação nº. 5893/24 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX), peça 87, autorizo a baixa de responsabilidade e a expedição de Certidão de Quitação de Débito em relação ao Município de Ouro Verde do Oeste, quanto a determinação exarada no item "II" do Acórdão n.º 1433/24 - S2C (peça 78), sobre as quais não foram apresentados quaisquer documentos ou alegações pelo interessado, já foram baixadas, a fim de serem verificadas em prestações de contas futuras.
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX, para emissão da Certidão de Quitação de Débito e após à Diretoria de Protocolo para baixa e encerramento dos autos.
Publique-se
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N °:-816736/24
ORIGEM:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-GABRIELA MINIUSSI ENGLER PINTO PORTUGAL RIBEIRO, JULIANO HEINEN, MARINA CARDOSO DE FREITAS, MELISSA SIRIANE DE LIMA, TIAGO DA SILVA MARRA
DESPACHO:-1646/24
DESPACHO
Tratam os autos de Denúncia, com pedido cautelar, apresentada por PARANAGUÁ SANEAMENTO S.A, por intermédio de seu procurador, em face do MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCELO ELIAS ROQUE, em razão de supostas irregularidades na nomeação do Sr. Adriano Pedroso Veiga para o cargo de Diretor Geral da Autarquia Central de Água e Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná ("CAGEPAR"), conforme Decreto Municipal n.º 5.746/2024, publicado em 22 de novembro de 2024, com mandato de 22 de novembro de 2022 a 22 de novembro de 2028.
Informa o Representante que o Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá incorreu em ilegalidade ao editar o Decreto Municipal n.º 5.746/2024, que nomeou o Sr. Adriano Pedroso Veiga para o cargo de Diretor Geral da Agência Reguladora CAGEPAR, em desrespeito às disposições legais que asseguram a estabilidade do mandato dos seus dirigentes previstas pela Lei Complementar n.º 181/2015 do Município de Paranaguá, que, o referido ato administrativo violou o regime jurídico aplicável à referida Agência Reguladora ao desconsiderar o mandato fixo estabelecido para os seus dirigentes, como também os critérios objetivos para ingresso e destituição dos mandatos, submetendo-a à mera discricionariedade do chefe do Executivo, inaplicável ao caso.
Tal conduta, para além de manifestamente ilegal, compromete a natureza da autarquia especial da CAGEPAR, dotada de independência funcional e autonomia, fundamental para o devido cumprimento de sua missão institucional.
Descreve, que em 4 de abril de 2024, foi publicado o Decreto Municipal n.º 5.104, que oficializou a exoneração, a pedido, do então Diretor Geral da CAGEPAR, Sr. Gabriel do Rosário Antunes, em virtude de desincompatibilização para sua candidatura ao cargo de vereador nas eleições de 2024, resultando na vacância do referido cargo No mesmo dia, o Prefeito Municipal publicou o Decreto Municipal n.º 5.123, nomeando a Sra. Daniele Ormeneze Janoski para o cargo de Diretora Geral da CAGEPAR, com vigência a partir de 5 de abril de 2024 e mandato fixo de 4 (quatro) anos até 9 de abril de 2028.
Vale ressaltar que a nomeação da Sra. Daniele Ormeneze Janoski para o cargo de Diretora Geral da CAGEPAR ocorreu de acordo com as disposições legais estabelecidas na Lei Complementar n.º 181/2015, segundo a qual, enquanto não for instituído o Conselho de Administração da CAGEPAR, a competência para tomar as deliberações, incluindo a nomeação do Diretor Geral, deve ser exercida pelo Prefeito do Município de Paranaguá, tal qual previsto em seu art. 7º, §4º.
Em razão do período de licença maternidade da Sra. Daniele, foi determinada a designação da servidora Larissa Gnata Viana, até então ocupante no cargo de Diretora de Fiscalização da agência, para exercer o cargo de Diretora-Geral em caráter interino, conforme Portaria n.º 64, de 14 de novembro de 2024, de modo a assegurar a continuidade das atividades da autarquia.
No entanto, no dia 22 de novembro de 2024, veio ao conhecimento da Representante a publicação do Decreto Municipal n.º 5.746/2024 que, a despeito da ausência de qualquer processo voltado à destituição da Sra. Diretora Daniela, nomeou um novo Diretor Geral para a autarquia com mandato até o dia 22/11/2028.
É a síntese fática.
Pois bem, com vistas ao prosseguimento do feito, preliminarmente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar de suspensão, entendo pertinente a manifestação prévia do município a fim de que preste esclarecimentos, nos termos do caput do art. 404[1] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, sendo imperioso que cada um dos supostos vícios apontados pelo Representante seja abordado de forma organizada, a fim de que se facilite o entendimento das questões e justificativas apresentadas e possibilite a análise precisa dos fatos, assim como, traga aos autos cópia integral dos procedimentos realizados para a nomeação aqui contestada, apresentando o processo administrativo, caso tenho sido instaurado, nos moldes da legislação Municipal.
O ora DENUNICANTE, muito embora faça menção a juntada de documentos, deixou de fazê-lo, devendo ser devidamente intimado para emendar a inicial, para, querendo, juntar os documentos informados, visto que, não há nem mesmo a juntada do DECRETO, que pretende suspender.
Nestes termos, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que providencie:
a). a devida INTIMAÇÃO, por ofício e via comunicação eletrônica, do MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos da presente Denúncia;
b). e do ora denunciante, PARANAGUÁ SANEAMENTO S.A, para que EMENDE a inicial, juntando os documentos informados na inicial, no prazo de 15 dias.
Publique-se.
Gabinete, em 16 de dezembro de 2024.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
***1**. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.º:-458207/20
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IMBITUVA
RESPONSÁVEIS:-BERTOLDO ROVER, CELSO KUBASKI
INTERESSADOS:-ALICE ELIZETE KERNISKE, ALINE JOSIANE ESPECALSKI, ANDREIA SCHEIDT BENSBERG, ANDRIELI DENKIEVICZ, CELIA REGINA LEMOS, CLAUDINEIA MARIA TERNOVSKI BOBATO, DAIANE DE OLIVEIRA, DAIANE PEREIRA BOVO, DANILO RODRIGUES, EDIELEN CAROLINE SIMAN, EDILSON COSTA ROSA, ELISANGELA MARIA BOBATO, FILIPE MIGUEL PEREIRA, GUSTAVO DE ALMEIDA, HELLEN HEULALIA BUENO, INOIR PENTEADO BARAO CORREA, JAQUELINE HASS, JOCELI BATISTA DE OLIVEIRA, JOCIELI DE FATIMA STELMASCHUK, JOSIELI APARECIDA MENON, JULIANA DE PAULA, KEITI FRANCELINE POTMA, LAISA MACHADO DE JESUS, MARIA LUCIA MULLER DOS SANTOS, MARLENE TERESINHA GASPAR ALESSI TESSARI, MERIELE MEHRET, MICHELE DALZOTTO GARCIA, MILENA ANDRADE, PATRICIA ALICE DA SILVA, PRICILLA MARIANI DIAS, ROSELIA DE CASSIA PEREIRA DA CRUZ, RUBIA RAPACHI COSMO, SAIONARA ISRAELITA FRANCO, SUELI APARECIDA GARCIA FURMANN, VILMAR FREITAS DE MEIRA, VILSON DE LIMA
PROCURADORES:-ANDRÉ LUIZ SBERZE, GÉSSICA PAOLA SANDRIN
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-735/24
Considerando o decurso de prazo sem a apresentação de resposta, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda, por meio eletrônico, à intimação do senhor BERTOLDO ROVER, em nome de seus procuradores, a fim de que, no prazo de 15 dias e em derradeira oportunidade, apresente razões de contraditório em face dos apontamentos contidos na peça n.° 36.
Curitiba, 16 de dezembro de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
***1**. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

PROCESSO N.°:-34853/21
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
RESPONSÁVEIS:-IVAN FERREIRA DE MELO, IVO CETNARSKI

INTERESSADA:-ROSELI DA LUZ
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º: -736/24
Considerando que houve o registro da aposentadoria da servidora por meio do Despacho de Homologação de Benefício n.o 28/2024 – CAGE/GP, autos n.o 606940/20, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas para análise do mérito da presente revisão de proventos.
Curitiba, 16 de dezembro de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
1. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.º:-616582/21
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
RESPONSÁVEL:-ADRIANO MARCOS FURTADO
REPRESENTANTES:-EDMILSON PEREIRA LIMA, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
INTERESSADOS:-CARVALHO ENGENHARIA & GESTÃO LTDA., CESAR VINICIUS KOGUT, CONECTIUS DO BRASIL EIRELI, CONSÓRCIO REMOVCAR PARANÁ, CONSÓRCIO VIAS PARANÁ, DP GESTÃO E COBRANÇAS LTDA., FILIPPE DAVET MENDES PORTELA TISSOT VERAS, GAISSLER MOREIRA ENGENHARIA CIVIL EIRELI, HELOIZE FLAVIANNE MELO DOS SANTOS, VIP GESTÃO E LOGÍSTICA S.A.
PROCURADORES:-ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA, ANGÉLICA PETIAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, FERNANDO BUENO DE CASTRO, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARÃES, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, LUIZ CARLOS CHECOZZI, LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, PEDRO FLÁVIO CARDOSO LUCENA, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, RODRIGO PAVAN DE VALÕES, THIAGO LIMA BREUS
RELATOR ORIGINÁRIO:-MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
DECLARAÇÃO DE VOTO N.º 2/24 – GCSSRVF[1]
(voto vencido)
EMENTA
1) Representação prevista no artigo 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993. Transferência para a iniciativa privada dos serviços, entre outros, de remoção e guarda de veículos apreendidos em operações da Polícia Militar e do Detran (“administração de pátios e de serviços de guinchamento”). Decisão administrativa que atende aos ditames da Constituição da República e da legislação infraconstitucional.
2) Meio escolhido para a transferência dos serviços incompatível com a ordem econômica fixada pela Constituição da República e pelas regras infraconstitucionais. Transferência para a iniciativa privada por meio de concessão de serviço público: meio inadequado. Transferência da execução do serviço que poderia ser objeto de concessão administrativa de que trata a Lei 11.079 (Lei das Parcerias Público-Privadas) ou ser feita por meio de contrato administrativo (tradicional).
2.1) A remoção e a guarda de veículos apreendidos não são serviços públicos em sentido estrito que possam ser objeto de concessão comum (tradicional) de que trata a Lei 8.987/95.
2.2) Não há um contrato de prestação de serviço entre o cidadão-usuário e a suposta concessionária do serviço público. A contratada presta um serviço diretamente à Administração Pública. O cidadão que tem seu veículo apreendido não celebra contrato sinalagmático com a prestadora do serviço; não lhe paga o preço pelo serviço (tarifa ou preço público). Não há, evidentemente, vontade do cidadão em receber um “serviço de transporte e guarda de seu veículo apreendido”.
2.3) O cidadão se submete ao poder de polícia do Estado, que lhe impõe uma restrição de direito, ao apreender, remover e guardar o veículo. O cidadão paga uma taxa decorrente do exercício do poder de polícia pelo Estado. Taxa, inegavelmente, inconfundível com preço público (tarifa).
3) Inadequação dos critérios fixados na licitação. Divisão do território do Estado do Paraná em apenas duas grandes áreas geográficas. Medida que contraria a ordem econômica fixada na Constituição da República e na legislação infraconstitucional e estimula a concentração de mercado. Evidente contrassenso: criação de monopólio ou oligopólio “artificial” pelo Estado, ao qual cabe, ao contrário, mitigar os efeitos indesejados nos casos de monopólios ou oligopólios naturais.
4) Não adoção da sistemática de credenciamento. Ausência de avaliação das boas práticas administrativas e de avaliação de resultados obtidos em diversas unidades da Federação e em outros países que utilizam o credenciamento. Utilização pelo Detran do Paraná, como referência, apenas de um modelo de concessão aventado pelo Estado de São Paulo, mas ainda não implementado, inclusive por ter sido questionado pelo Tribunal de Contas daquela unidade da Federação.
5) Improcedência do argumento de que seriam discricionárias e insusceptíveis ao controle do Tribunal de Contas a adoção do modelo de concessão de serviço público e a divisão do objeto em apenas dois lotes, correspondentes a duas grandes regiões geográficas do Estado do Paraná.
6) Voto pela procedência da representação e pela nulidade do processo licitatório.
VOTO
Primeiramente, deixo clara a minha percepção de que, como órgão de cúpula da estrutura do Estado, cabe ao Tribunal de Contas, com o conhecimento técnico e jurídico de que dispõe, contribuir para que as decisões e a implementação delas pelo Poder Executivo atendam da melhor maneira possível ao interesse público.
O Tribunal de Contas tem a missão constitucional de fiscalizar a Administração Pública quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade. Portanto, não é uma mera análise legal, formal. O Tribunal de Contas tem o dever de contribuir para que as decisões do Executivo sejam as mais adequadas para toda a população e toda a sociedade.
Todos conhecemos o papel relevantíssimo do Tribunal de Contas da União no acompanhamento dos processos de transferência à iniciativa privada de atividades antes concentradas pelo Estado brasileiro – desde a privatização dos portos, da telefonia, do setor elétrico –, seja por meio da venda de ativos ou de concessões públicas. O Tribunal sempre propôe ajustes, levando em conta o modelo adotado, o preço, a modicidade tarifária etc.
O Tribunal de Contas do Estado do Paraná também tem cumprido o mesmo papel no âmbito estadual.
Então, parece-me que o nosso Tribunal de Contas também deve contribuir para o aperfeiçoamento desta licitação. E isso, a meu ver, não invade o poder discricionário do administrador: estamos contribuindo para aperfeiçoar o sistema.
Com esse espírito, passo a apresentar a síntese de minha argumentação na análise do presente caso e a conclusão de meu voto.
- I -
A decisão administrativa de transferir os serviços à iniciativa privada
A decisão administrativa de transferir à iniciativa privada os serviços, dentre outros, de remoção e guarda de veículos apreendidos em operações da Polícia Militar e do Detran (“administração de pátios e de serviços de guinchamento”) atende aos ditames da Constituição da República e da legislação infraconstitucional, merecendo ser aplaudida por este Tribunal de Contas.
Ela está em consonância com a racionalização das atividades do Estado, que deve dedicar-se a tarefas de planejamento, desenvolvimento social, fomento e regulação – conforme explicitado, entre outros dispositivos, no art. 174 da Constituição da República – e transferir para a iniciativa privada serviços simples, meramente executórios e disponíveis no mercado.
No nível infraconstitucional, a regra estabelecida no art. 10, caput e § 7º, do Decreto-Lei n.º 200/1967 sintetiza bem a diretriz:
Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
[...]
§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.
Portanto, não há reparos a fazer na decisão do Governo.
- II -
O meio escolhido: concessão (tradicional) de serviço público
Entretanto, o meio, a forma a ser adotada para transferir à iniciativa privada a execução dos serviços deve, evidentemente, estar de acordo com o previsto na Constituição e na legislação infraconstitucional que rege a matéria.
Não se trata de ato discricionário: não é todo e qualquer serviço que pode ser objeto de concessão nos moldes da Lei 8.987/95.
Há de se fazer uma avaliação lógica da situação existente no mundo fático e do que prevê o ordenamento jurídico abstrato, sob pena de chegarmos a uma solução incongruente.
A administração de pátios e a remoção de veículos não são serviços públicos em sentido estrito que possam ser objeto de concessão comum (tradicional) de que trata a Lei 8.987/95.
Não há um contrato de prestação de serviço entre o cidadão-usuário e a suposta concessionária do serviço público. A contratada presta um serviço diretamente à Administração Pública. Os serviços de guinchamento, transporte e guarda dos veículos poderiam ser repassados à iniciativa privada por meio de concessão administrativa – modalidade prevista na Lei 11.079/2024 (Lei das Parcerias Público-Privadas).
O cidadão que tem seu veículo apreendido não celebra contrato sinalagmático com a prestadora do serviço; não lhe paga o preço pelo serviço (tarifa ou preço público). Não há, evidentemente, vontade do cidadão em receber um “serviço de apreensão, transporte e guarda de seu veículo”.
Permito-me transcrever trecho do que disse em sessão anterior[2] (de maneira quase alegórica e com o estilo típico da oralidade), valendo-me da dialética que me foi elegantemente propiciada por Sua Excelência o ilustre Conselheiro Durval Amaral:
Conselheiro Durval, o fato de a lei – infraconstitucional – indicar, como mencionou Vossa Excelência, no inciso VIII do artigo 1º da Lei Complementar Estadual 76/95 – alterada pela Lei Complementar Estadual 230/2020 –, que serviços públicos podem ser sujeitos ao regime de concessão ou permissão (“serviços públicos na área de trânsito, nele incluídos serviços de remoção, guarda de veículos, gestão de pátios veiculares” etc) e podem ser remunerados por preço público... O fato de a lei dar ao instituto o rótulo, a denominação, de “preço público”, isso não altera a essência, o conteúdo da espécie. Assim como qualquer um – inclusive a lei – pode afirmar que isto [no meu copo] é petróleo, mas tal afirmação não transforma a água em petróleo. E quem diz que isto aqui é água não sou eu, não é a Filosofia, é a Constituição.
Conselheiro Durval, Vossa Excelência falou bem: a taxa é um tributo – e isso está na Constituição – cobrado em razão do exercício do poder de polícia ou em razão da prestação de serviço público específico e divisível. E estamos diante do quê?
Veja a diferença entre uma concessão típica prevista na Lei 8.987/95 e a concessão atípica ou administrativa, prevista na Lei 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas).
No exemplo das penitenciárias – casos de concessão administrativa –, o tomador do serviço não é o preso; não posso chegar na penitenciária e afirmar que gostaria de me hospedar durante o fim de semana e pagar um preço por isso. Não!
Eu posso fazer assim na telefonia: eu quero usar um telefone, eu vou à TIM, à Oi, à Claro, ou qualquer que seja, e celebro um contrato – como usuário, como cidadão consumidor do serviço objeto da concessão –, e aí eu tenho um contrato.
Na penitenciária não, não posso chegar e pagar um preço pelo serviço público. Quem paga, quem remunera a penitenciária terceirizada é o Estado. Daí a diferença conceitual entre taxa e tarifa. Não adianta a lei prever que essa taxa é tarifa (preço público), porque não é. Porque eu não posso chegar e falar que quero contratar o guincho “a”, “b”, “c” ou “d”, e levar para o pátio “a”, “b’, “c” ou “d”. Não é assim que funciona: estamos diante de um poder cogente do Estado que vai pegar o carro – exercendo seu poder de império – e levar para o pátio.
Então o que estou pagando? É uma taxa pelo exercício do poder de polícia, assim como eu pago uma taxa para emitir um passaporte. O que é o poder de polícia? É o poder do Estado de restringir direitos em prol da segurança, da saúde pública etc. Então não é uma relação contratual, como seria em um serviço típico previsto na Lei 8.987/95, não se trata de uma concessão tradicional.
O caso em exame se aproxima de uma concessão administrativa. O usuário não pode pagar a tarifa, não pode pagar o preço público e a lei não pode revogar, transformar ou falar que a água é petróleo. Isso aqui não é tarifa, não é preço público, isso é taxa

pelo exercício do poder de polícia.
Assim, concluo que a forma adotada – a concessão tradicional de serviço público – é incompatível com o ordenamento jurídico.
- III -
A divisão do objeto em apenas dois lotes, correspondentes a duas grandes regiões geográficas do Estado
Como todos sabemos, a Constituição da República estabelece, em seu art. 170, que a ordem econômica está fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e tem como princípios, entre outros, a livre concorrência (inciso IV) e o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País (inciso IX).
A livre iniciativa e a concorrência são as bases do livre mercado.
Todos também sabemos que monopólios e oligopólios constituem falhas de mercado.
A distribuição de energia elétrica e os serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgoto são exemplos clássicos de monopólios naturais – situações em que um sistema com vários concorrentes seria ineficiente e acarretaria um preço maior ao consumidor. Em casos assim, o Estado, no modelo capitalista – fundado na livre iniciativa e na livre concorrência –, cria mecanismos de regulação, estabelecendo limites tarifários e qualidade mínima do serviço.
Pois bem. No presente caso, estamos diante de um contrassenso. Ao dividir o objeto em apenas dois grandes lotes, a Administração, em vez de estimular a concorrência e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, contribui para a criação de um monopólio ou oligopólio de grandes empresas, estimulando a concentração do mercado. Num setor naturalmente competitivo, o Estado, caso prevaleça a sistemática proposta pela Administração, contribuirá para o surgimento de um monopólio ou oligopólio artificial.
- IV -
O estímulo às autuações e às apreensões de veículos
O modelo adotado estimula as autuações e as apreensões de veículos já que, não atingida uma quantidade mínima, o Estado deverá repassar à contratada valor pecuniário que lhe assegure o retorno financeiro previsto no contrato.
Imagine-se que os conselheiros do Tribunal de Contas tivessem sua remuneração vinculada aos valores das multas que aplicam aos jurisdicionados.
Tal modelo é inconstitucional porque retira a neutralidade e a imparcialidade dos agentes do Estado.
- V -
O credenciamento: uma opção adotada por vários Estados da Federação e que deveria ter sido avaliada pelo Estado do Paraná
Como se sabe, o credenciamento é o processo administrativo em que a Administração estabelece os requisitos a serem cumpridos e convoca interessados em prestar o serviço ou fornecer os bens para – atendidos os requisitos – se credenciarem e executarem o objeto quando demandados.
O credenciamento de muitos interessados evita a concentração de mercado, estimula a concorrência e a melhoria da qualidade do serviço e propicia o desenvolvimento de pequenas e médias empresas – o que está em plena sintonia com a ordem econômica constitucionalmente estabelecida.
Conforme levantamento realizado pelo Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, pelo menos 7 estados da Federação adotam o credenciamento como forma de transferir à iniciativa privada os serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos: Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul. Nesses estados, o prazo do contrato varia de 12 a 60 meses.
De acordo com o mesmo levantamento, apenas no Estado do Maranhão encontra-se, atualmente, implantado o modelo de concessão. No caso, com contrato de 10 anos.
Levantamento realizado pelo Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto mostra que Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália – países com legislação sobre a matéria semelhante à do Brasil – adotam o credenciamento para esses serviços (remoção e guarda de veículos apreendidos).
No caso da licitação do Detran do Paraná – objeto desta representação –, verifica-se que não foram avaliados os resultados obtidos pelos estados nem pelos países que adotam a sistemática do credenciamento. Pelo que pude verificar, foi utilizado como referência o modelo de concessão que seria adotado pelo Estado de São Paulo, mas que, tendo sido questionado pelo Tribunal de Contas daquele Estado, ainda não foi implementado.
- VI -
O longo prazo do contrato de concessão
O edital de concorrência prevê 20 anos para a concessão.
Note-se que o Estado do Paraná ficará amarrado a um contrato por um tempo extremamente longo, especialmente se comparado aos contratos de credenciamento adotados por várias unidades da Federação – cujos prazos variam de 1 a 5 anos.
Não me parece desarrazoado imaginar que, ao longo de 20 anos, a própria guarda de veículos em pátios torne-se obsoleta, já que poderia ser substituída por medida menos onerosa e menos restritiva ao cidadão.
Muito mais razoável seria que o Estado, primeiro, ao menos experimentasse o sistema de credenciamento – com contratos de prazo muito mais curto.
- VII -
A questão da discricionariedade
Argumenta-se que a utilização do modelo de concessão e a divisão do objeto em apenas dois lotes – correspondentes a duas grandes regiões geográficas do Estado do Paraná – seriam atos discricionários e, por isso, insuscetíveis de controle e glosa pelo Tribunal de Contas.
Com a devida vênia, não me parece que seja assim.
Em primeiro lugar, considero que não é discricionária a escolha pela concessão (tradicional, de que trata a Lei 8.987/95). Como já enfatizei (no item II), os serviços que a Administração pretende transferir à iniciativa privada (remoção e guarda de veículos apreendidos, entre outros) não são serviços públicos em sentido estrito de que trata a Lei 8.987/95. Portanto, a escolha não encontra respaldo na legislação.
Por outro lado, deve-se observar que o Tribunal de Contas tem a missão constitucional de fiscalizar a Administração Pública quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade. Portanto, não é uma mera análise legal, formal.
Assim, quanto à divisão do objeto em apenas dois lotes, cabe à Administração motivar adequadamente a sua decisão, justificando essa opção, já que, aparentemente, contrária à ordem constitucional, restringindo a competição e contribuindo para a concentração de mercado. Além disso, não leva em conta o modelo do credenciamento, amplamente utilizado.
- VIII -
Conclusão
Pelas razões expostas, voto no sentido de que o Tribunal considere parcialmente procedente a representação e determine ao Detran que anule o processo licitatório ora examinado em razão das irregularidades apontadas.
Curitiba, 12 de agosto de 2024.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Conselheiro Substituto
ANEXO
Transcrição do voto oral apresentado na Sessão Ordinária n.º 24 do Tribunal Pleno, de 24 de julho de /2024
Senhor Presidente, participei do quórum em algumas sessões durante a longa tramitação deste processo de representação e agradeço a Vossa Excelência pela oportunidade de compor o quórum nesta decisão de mérito.
Em primeiro lugar, é preciso destacar e cumprimentar o Governo do Estado pela iniciativa de resolver o problema dos pátios. Essa transferência para a iniciativa privada de tarefas simples, comezinhas, encontra respaldo na Constituição da República, na ordem econômica e no próprio Decreto-Lei n.º 200/1967.
Faço uma breve remissão ao § 7º do artigo 10 do referido decreto-lei:
Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
[...]
§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.
Portanto, a transferência para a iniciativa privada desses pátios está em perfeita sintonia com o que determina a Constituição da República e com o que prevê o Decreto-Lei n.º 200/1967. Mas essa transferência para a iniciativa privada deve ser feita de maneira adequada, a fim de que seja economicamente viável e juridicamente de acordo com a legislação que rege a matéria.
Senhor Presidente, após essa introdução, passo à análise da questão da discricionariedade do administrador público e do papel dos tribunais de contas.
O Tribunal de Contas tem a missão constitucional de fiscalizar a Administração Pública quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade. Portanto, não é uma mera análise legal, formal, mas também deve analisar o próprio mérito do ato administrativo, contribuindo para que as decisões do Executivo sejam as mais adequadas para toda a população e toda a sociedade. Todos conhecemos o papel relevantíssimo do Tribunal de Contas da União, desde a privatização dos portos, da telefonia, do setor elétrico, seja por meio da venda de ativos ou de concessões públicas. O Tribunal sempre propõe ajustes, levando em conta o modelo adotado, o preço, a modicidade tarifária etc.
Então, parece-me que o Tribunal de Contas do Paraná também deve contribuir para o aperfeiçoamento desta licitação. E isso, a meu ver, não invade o poder discricionário do administrador – estamos contribuindo para aperfeiçoar o sistema.
Conselheiro Zucchi, a ordem constitucional brasileira previu o sistema capitalista, que pressupõe concorrência. A ordem constitucional e a legislação infraconstitucional preveem o tratamento e o estímulo às pequenas e médias empresas. Sabemos que existem monopólios naturais, como no setor elétrico e no sistema de água e esgoto, situações em que a concorrência seria antieconômica e acarretaria um preço maior ao consumidor. Nessas situações, o Estado capitalista cria mecanismos de regulação, estabelecendo limites tarifários e qualidade mínima de serviço.
O modelo em análise, porém, estabelece exatamente o oposto. Em vez de estimular a concorrência, está criando um monopólio ou oligopólio. Ao dividir o Estado do Paraná em apenas dois lotes, vai criar duas grandes megaempresas.
Eu brinquei e conversei com o Conselheiro Fernando, que até me recomendou: "Sérgio, não use essa expressão jocosa de Patiobrás ou Patiopar". Mas essa, Conselheiro Fernando, é apenas uma forma de ilustrar e de dar força ao argumento. Nós vamos criar uma megaempresa, uma "Patiobrás" ou uma "Patiopar", quando, na verdade, a solução tranquila, adotada por vários estados da federação — e o Conselheiro Maurício está aqui com os estudos que ele vai resumir depois —, é o credenciamento.
Um exemplo é um jogador do meu time que teve o carro apreendido recentemente. A notícia dizia que o carro foi levado para um depósito, para um pátio credenciado. Conselheiro Zucchi, para fazer um credenciamento, como se faz um credenciamento de dentista, de médico, ou de qualquer serviço trivial, o poder público estabelece um edital com os requisitos, como área mínima de tantos m², tantos m² por veículo, um guarda de segurança, um seguro de tais características. A empresa, para se habilitar, tem que cumprir os requisitos e ela vai cumprir: "Tenho um pátio de tantos mil m², tenho o poder econômico suficiente para contratar um seguro, cumpro todas as exigências do edital".
Alguns estados brasileiros adotam um pátio por município, podendo ser mais de um, estimulando assim as pequenas empresas. Isso está de acordo com a ordem constitucional econômica do Estado brasileiro. Este modelo adotado, na minha humilde avaliação, é nocivo, é ruim para o Estado do Paraná. Se for mantida essa duração de vinte anos, isso é muito ruim. Este quadro – de estudo realizado pelo gabinete do Conselheiro Maurício – evidencia que vários contratos do Estado brasileiro são de 2 anos, porque são credenciamentos. Além disso, o nosso colega Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto, professor de regulação, analisou a legislação dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália – que é semelhante à do Brasil – e verificou que lá se adota o credenciamento.
Senhor Presidente, senhores Conselheiros, ninguém está imaginando policiais nos pátios. Esse é um modelo que não queremos. Queremos um edital que preveja segurança e seguro. O que Vossa Excelência falou está ultrapassado, não faz sentido nesse modelo de transferência para iniciativa privada. Portanto, antecipando o meu voto, seria pela procedência da representação, considerando completamente equivocado o modelo adotado. A concessão, do ponto de vista lógico-formal-jurídico, é inconstitucional.
Isso não se trata de concessão, como disse o Conselheiro Maurício: "Não vou chegar na penitenciária perguntando quanto é a tarifa". A concessionária administrativa está prestando um serviço, e quem é o tomador do serviço? O Estado, não o cidadão. O

cidadão não vai pegar água, luz ou telefone e pagar a tarifa. Isso é uma taxa pelo exercício do poder de polícia. Do ponto de vista lógico-formal, o modelo é inadequado, e, do ponto de vista econômico, é muito ruim, de acordo com a ordem econômica constitucional.
Por essas razões, voto pela procedência da representação, apontando diversas ilegalidades e inadequações econômicas do modelo adotado.

_____
__1__. Voto oral apresentado na Sessão Ordinária n.º 24 do Tribunal Pleno, de 24 de julho de 2024; declaração de voto (escrita) assinada digitalmente em 12/8/2024.
__2__. Trecho transcrito pelo ilustre Conselheiro Maurício Requião em sua Declaração de Voto 1/23; peça 23, pp. 24 a 25, constante dos autos do processo 16633/23.

PROCESSO N.º:-213616/24
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)
PETICIONÁRIO:-SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PROCURADORES:-DANIELA VOLKART MAINARDI, FERNANDA YASUE KINOSHITA, GISELE CANTERGIANI DE FREITAS, MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA
RELATOR:-IVENS ZSCHOERPER LINHARES
DECLARAÇÃO DE VOTO N.º 3/24 – GCSSRVF[1]
(Voto vencido)
EMENTA
1) Pedido de Rescisão. Discussão acerca da forma de cálculo de verba paga a docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste): adoção, por resolução do Conselho Universitário, de critério considerado irregular por este Tribunal. Aplicação de multa ao Reitor e aos integrantes do Conselho, nos termos da decisão rescindenda.
2) Voto (vencido) no sentido de afastar a responsabilidade de todos os agentes públicos: existência de decisão judicial – de caráter liminar – respaldando o pagamento nos moldes questionados. Inocorrência de erro grosseiro, haja vista o pronunciamento judicial. Discussão doutrinária sobre a distinção entre "vencimento" – relativo à parcela base, fixa, da remuneração do servidor público – e "vencimentos" – referente à parcela fixa acrescida das demais vantagens financeiras –, conceitos que podem ter ocasionado dúvidas na aplicação da lei.
3) Voto pela procedência do pedido de rescisão, afastando-se a responsabilidade de todos os agentes públicos.
VOTO
Com a máxima vênia do eminente Relator, julgo que deve ser afastada, além da responsabilidade dos demais membros do Conselho Universitário, também a imputada ao então Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).
Verifico, primeiramente, que o gestor agiu respaldado por uma decisão judicial que, naquele momento, reconhecia o direito dos servidores ao recebimento da verba nos moldes ora questionados. Ainda que tal decisão – de caráter liminar – tenha sido posteriormente reformada, entendo que a existência de pronunciamento judicial que amparava a prática do Reitor descaracteriza, no presente caso concreto, eventual dolo ou erro grosseiro.
Além disso, destaco que há, de fato, relevante discussão doutrinária a respeito da distinção entre "vencimento" e "vencimentos": o primeiro conceito trataria apenas do vencimento-base, fixo, do servidor; o segundo, por sua vez, contemplaria também as demais vantagens financeiras pagas ao agente, além do vencimento fixo pelo exercício do cargo público. Tal debate pode, a meu ver, ter ocasionado dúvidas na aplicação da lei que fundamentou o critério de cálculo questionado.
Ante o exposto, voto pela procedência do pedido de rescisão a fim de afastar, além da responsabilidade dos demais membros do Conselho Universitário, também a imputada ao senhor PAULO SÉRGIO WOLFF, ex-Reitor da Unioeste.
Curitiba, 9 de setembro de 2024.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Conselheiro Substituto
ANEXO
Transcrição do debate ocorrido na Sessão Ordinária n.º 27 do Tribunal Pleno, de 14 de agosto de 2024.
Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca: Obrigado, senhor Presidente. Também cumprimento o douto advogado pela sustentação oral e ao Relator pela clareza com que expôs os fatos. Entendo que, na decisão colegiada, todos os conselheiros têm a sua parcela de responsabilidade, mas, como foi muito bem esclarecido pelo Relator, não se pode caracterizar ali o erro grosseiro. Talvez houvesse até uma falha; poderíamos encontrar até uma limitação na manifestação de vontade de cada conselheiro, uma vez que não lhes foram apresentadas todas as circunstâncias e dúvidas jurídicas sobre a matéria.
O que me chamou a atenção, Conselheiro Ivens e senhor advogado, foi a questão do vencimento e dos vencimentos. Existe, sim, na doutrina, uma distinção: o vencimento seria apenas a remuneração base, e os vencimentos incluiriam todas as parcelas que compõem a remuneração.
Uma dúvida de fato que tenho: quando essa decisão foi tomada pelo conselho presidido pelo senhor Reitor, estava em vigor uma decisão judicial que dava respaldo a essa decisão que foi tomada?
Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares: Na ocasião, havia uma decisão judicial – se não me engano, em caráter liminar – que permitiu essa inclusão. Só que depois essa decisão foi justamente reformada, entendendo-se que não era possível judicialmente, por conta do efeito cascata, essa acumulação.
Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca: Esse pagamento com esse cálculo perdurou por seis anos. Estamos aqui responsabilizando o Reitor pela decisão tomada naquele momento, em que havia uma decisão judicial na mesma linha de entendimento do Reitor.
Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares: Essa decisão judicial previa essa possibilidade, mas efetivamente havia contestação, e já estava pendente o recurso sobre essa decisão. Então, houve um esclarecimento quanto aos riscos de essa decisão vir a ser reformada, como de fato foi.
Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca: E foi reformada quanto tempo depois?
Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares: Essa informação eu não tenho.
Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca: De qualquer maneira, o que estamos analisando aqui não é o pagamento, suponhamos, inferior à reforma da decisão tomada naquele momento em que existia. Então, senhor Presidente, com a máxima vênia do ilustre Relator, entendo que não está configurado o erro grosseiro, por estar o Reitor respaldado, em princípio, por uma decisão judicial.

_____
__1__. Voto oral apresentado na Sessão Ordinária n.º 27 do Tribunal Pleno, de 14 de agosto de 2024; declaração de voto (escrita) assinada digitalmente em 9 de setembro de 2024.

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

Sem publicações

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-464131/22
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, GERSON TEIXEIRA, PARANAPREVIDÊNCIA
PROCURADOR:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 117/24
Aprecia-se, para fins de registro, o Ato de Concessão de Benefício Previdenciário nº 129709/2022, encaminhado a esta corte pela Paranaprevidência (peça 10), publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 11191 de 6/6/22 (peça 11), que concedeu reserva ao Sr. Gerson Teixeira, no cargo de 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Paraná.
Em consonância com as manifestações uniformes conclusivas da Coordenadoria de Gestão Estadual - CGE (Instrução nº 1097/24 – CGE, peça 31) e do Ministério Público de Contas (Parecer nº 1284/24 – 3PC, peça 32), que opinaram pela legalidade do ato, determino o registro da concessão do benefício previdenciário em tela, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) para as anotações pertinentes e à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 13 de dezembro de 2024.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

PROCESSO N.º:-785178/20
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARQUINHO
INTERESSADO:-ELIO BOLZON JUNIOR, LUIZ CÉZAR BAPTISTEL, MARIA DO SOCORRO CREMASCO, MUNICÍPIO DE MARQUINHO
DESPACHO N.º:-364/24
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do MUNICÍPIO DE MARQUINHO e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, promova a juntada dos documentos e informações necessárias a demonstrar o cumprimento integral da decisão relativa ao Acórdão nº 865/24 – S1C (Peça 50), procedendo com o recolhimento do saldo remanescente de R$ 98,32 (noventa e oito reais e trinta e dois centavos).
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para instrução e, em seguida, retornem os autos a este gabinete.

Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2024.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-152109/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
INTERESSADO:-ALESSANDRO RIBEIRO, ALEX FRATONI, ANA CAROLINA DE MORAES CORREIA, DAIANY DONAIRE FARINHA, HENRIQUE DE ARAUJO SILVA, JOSE ROBERTO FERREIRA, MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS, PAULO SERGIO DOS SANTOS LIMA, RENAN FELIPE, RODRIGO AQUINO DE OLIVEIRA, TATIANA ALVES CARNELOZZI
DESPACHO N.º:-365/24
Com fundamento no disposto no art. 427 do Regimento Interno, determino o sobrestamento dos presentes autos pelo prazo máximo de 1 ano, até que seja apreciada a legalidade das admissões relativas ao Processo nº 665249/21.
Após a comunicação em sessão da Primeira Câmara, em atendimento à previsão regimental, remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2024.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

Conselheira Substituta MURYEL HEY

PROCESSO N.º:-813443/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA
INTERESSADO:-ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, ANGELO GERALDO BOCHENEK, DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA, LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
PROCURADOR:-FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, JOSÉ AUGUSTO AMARAL PATRUNI FILHO, LEONARDO COELHO RIBEIRO, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, VICTORIA DE SOUZA BATISTA
DESPACHO N.º:-213/24
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, proposta por Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda. em face de atos praticados por Angelo Geraldo Bochenek, pregoeiro da Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), em decorrência de supostas ilegalidades praticadas no Pregão Eletrônico (PE) n.º 50/2024 promovido por aquela entidade estadual, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda de infraestrutura de cabeamento de rede lógica, cabeamento de rede telefônica, câmeras de circuito interno de televisão (CFTV), equipamentos de controle de acesso, com fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados, compreendendo instalação, remoção, ampliação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade, durante o prazo de 12 (doze) meses em sistema de registro de preços".
Aduz a Representante que o certame, cuja sessão pública de disputa foi realizada em 01/11/2024 e teve como vencedora declarada em 25/11/2024 a empresa Head Net Tecnologia da Informática Ltda., encontra-se eivado de vícios que demandam a anulação do resultado proclamado pela entidade estadual.
Em primeiro lugar, aponta a utilização de robô pela empresa vencedora durante a etapa de apresentação de lances na plataforma eletrônica utilizada pela APPA, prática que, no entendimento da representante, violou a competitividade da licitação, eis que gerou vantagem indevida à concorrente.
Argumenta, ainda, que o intervalo de tempo entre os lances realizados pela vencedora foi inferior ao período mínimo estabelecido pela plataforma (5 segundos), violando dessa forma as regras estabelecidas para a disputa, além de evidenciar que as propostas estariam sendo feitas de forma automática – eis que teriam sido submetidas em tempo impossível para um operador humano e sempre em lances uniformes, inferiores em R$ 100,00 (cem reais) aos lances ofertados pela Representante em todas as oportunidades.
Além de tal suposta inconformidade, alega que a empresa vencedora teria sido indevidamente habilitada, eis que não teria atendido a algumas condições impostas pelo edital.
Relata que, em descumprimento ao item 16.11, alínea "b", do Termo de Referência, teria a licitante deixado de apresentar, juntamento à proposta de preços, catálogos completos de diversos dos itens ofertados, contendo todas as especificações técnicas correspondentes.
Especificamente, sustenta que a licitante Head Net teria deixado de apresentar os catálogos completos dos itens 184, 190 e 265 do Termo de Referência. Ao mesmo tempo, parte dos catálogos enviados pela vencedora demonstraria que os equipamentos propostos para execução dos serviços não atenderiam às especificações técnicas exigidas pelo edital, notadamente os catálogos dos itens 210, 221 e 268.
Por fim, argui a Representante que houve também na habilitação a violação aos itens 11.5.1.4; 11.5.1.5; 11.5.1.7; 11.5.1.8; 11.5.1.9; e 11.5.1.10 do edital; uma vez que não teria sido apresentada documentação suficiente para comprovar que a vencedora possui vínculo com determinados profissionais exigidos pelo instrumento convocatório para a prestação dos serviços, quais sejam:
a) 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
b) 2 (dois) técnicos em sistemas de gerenciamento de vídeo monitoramento GENETEC;
c) 1 (um) profissional com formação superior em rede de computadores;
d) 2 (dois) profissionais com certificado de treinamento e capacitação pelo fabricante em linhas de equipamentos de rede (switches);
e) 2 (dois) profissionais com certificado de treinamento e capacitação de cabeamento estruturado; e
f) 2 (dois) profissionais (no mínimo) com certificado de treinamento e capacidade pelo fabricante da câmera ofertada.
Assim, em virtude das supostas irregularidades comunicadas e da iminência de homologação do certame objeto dos autos, requer a concessão de medida cautelar para determinar a imediata suspensão do PE n.º 50/2024 promovido pela APPA até o julgamento final da presente Representação.
Considerando que tramitam junto a esta relatoria os autos de n.º 581593/24, os quais versam também sobre a licitação em exame, o feito foi distribuído por conexão, nos termos do art. 346, § 1º do Regimento Interno.
Previamente ao juízo de admissibilidade e à apreciação do pleito cautelar, determinou-se a intimação da APPA, na figura de seu representante legal, e de Angelo Geral Bochenek, pregoeiro da entidade, para manifestação preliminar aos fatos e fundamentos expostos no petitório inicial, especificamente apresentando os motivos pelos quais foram aceitos lances enviados em intervalos inferiores ao previsto pela plataforma eletrônica em que ocorreu a disputa licitatória, a qual consignava tempo mínimo de 5 segundos entre os lances intermediários e como tempo para cobrir a melhor oferta, mas que aparentemente não foi observado durante a disputa.
Em resposta, a APPA juntou a Petição Intermediária n.º 828165/24 (peças 21-22), pela qual inicialmente esclareceu que os lances ofertados pelas empresas Head Net Tecnologia da Informática Ltda. (doravante denominada "Head Net") e Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda. (doravante denominada "Dataprom") ao final da disputa eram considerados lances intermediários, eis que, até o encerramento da etapa de lances, a melhor proposta apresentada era aquela da empresa LRF Serviços e Comércio em Informática Ltda.
Assim, considerando que a proposta apresentada pela LRF Serviços e Comércio em Informática Ltda. se manteve como a melhor proposta até o final da disputa de lances – sendo apenas posteriormente comunicada a sua desistência por aquela empresa – , não teria ocorrido o envio de nenhuma proposta em período inferior a 5 segundos em relação à melhor proposta (essa sendo a da empresa LRF Serviços e Comércio em Informática Ltda.).
Outrossim, defendeu que, conforme informação veiculada no chat da plataforma de disputa do PE n.º 50/2024, o intervalo de 5 segundos entre lances intermediários se referia apenas ao período de lances ofertados pela mesma empresa, e não em relação aos lances intermediários oferecidos por outras licitantes.
Dessa forma, rejeitando a existência de irregularidades em relação à disputa de lances verificada, requereram os responsáveis da APPA o indeferimento do pleito liminar nesse ponto, com abertura de prazo para contraditório em face dos demais aspectos questionados na presente Representação.
Vieram, dessa forma, os autos conclusos para deliberação.
Observa-se que é submetido ao juízo desta Corte de Contas apontamento a respeito da utilização de software de envio de lances automáticos ("robô") na etapa aberta do PE n.º 50/2024, além de questionamentos acerca da habilitação da empresa provisoriamente declarada como vencedora do certame.
Do exame do histórico da sessão pública do PE n.º 50/2024 (peça 05), entende-se que, ao menos nesse juízo preliminar e superficial da disputa, não há elementos suficientes para aferir eventual prejuízo à isonomia da licitação que motive a concessão da cautelar pleiteada.
Observa-se que o tempo randômico do PE n.º 50/2024 foi acionado às 10:37:14:038h do dia da sessão pública (5 minutos após a mensagem enviada pelo pregoeiro que comunicava que iria acionar o tempo aleatório), tendo a disputa continuado até às 10:57:08:894h, quando então o tempo randômico foi encerrado, após cerca de 20 minutos em tal fase.
Durante esse período, não obstante se constate um padrão de lances ofertados pela licitante Head Net (sempre em R$ 100,00 abaixo dos lances intermediários ofertados pela licitante Dataprom), não há uma tendência quanto à periodicidade dos lances daquela empresa, sendo sempre enviados com intervalos distintos de tempo, sem um padrão definido.
Após os esclarecimentos prestados na manifestação preliminar da APPA, pode-se dizer que tais condutas não violaram nenhuma regra expressa da disputa e nem são capazes de demonstrar a utilização inequívoca do robô.
No tocante ao valor mínimo entre os lances, constou expressamente no chat da plataforma, antes do início da disputa, que a diferença deveria ser de ao menos R$ 0,01 entre lances do próprio fornecedor, conforme mensagem encaminhada às 10:00:33:963h:

01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 5 segundo(s), - quando este não for o melhor da sala.

O sistema também encaminhou no mesmo horário mensagem de que o tempo mínimo entre fornecedores em relação ao seu último lance e em relação ao melhor lance deveria ser de 5 segundos, advertindo, ainda, que poderia ser demandado o preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor, como medida para coibir o uso de softwares automáticos:

01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.
01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	Em atendimento do Acórdão do TCU nº 1216/2014 - Plenário, poderá ser demandado o preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor.
01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 5 segundo(s), - quando este não for o melhor da sala.
01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 5 segundo(s).

Destaque-se que até o final da etapa aberta do PE n.º 50/2024 a melhor proposta que havia sido enviada era aquela da empresa LRF Serviços e Comércio em Informática Ltda., que enviou oferta de R$ 15.000.000,00 e, apenas após o encerramento da disputa, pediu sua desclassificação.
Dessa forma, considerando que os lances enviados pela Head Net observaram o valor mínimo e não foram submetidos entre si em período inferior a 5 segundos, não se verifica a violação de nenhuma regra expressa estabelecida para a disputa.
A Representante defende na exordial que seria inviável para um operador humano ofertar lances em período inferior a 10 segundos em relação ao lance intermediário anterior por característica do sistema utilizado para a disputa, nos seguintes termos:
25. Especialmente considerando que o sistema não atualizava em tempo real (ao contrário do previsto no Edital), mas sim demorava cerca de 10 segundos (para operadores humanos). Ou seja, qualquer licitante "normal" somente conheceria o lance da outra após cerca de 10 segundos (por limitação do sistema) e, após isso, deveria preencher o valor de seu lance, confirmar e aí então enviar.
Todavia, da análise da ata é possível constatar essa conduta pela própria Dataprom em algumas oportunidades:

133	01/11/2024 10:31:21:254	R$ 27.666.400,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
134	01/11/2024 10:31:27:979	R$ 27.665.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST

153	01/11/2024 10:35:34:449	R$ 27.619.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
154	01/11/2024 10:35:43:559	R$ 27.618.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
157	01/11/2024 10:36:05:530	R$ 27.615.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
158	01/11/2024 10:36:14:613	R$ 27.614.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
185	01/11/2024 10:40:31:484	R$ 27.579.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
186	01/11/2024 10:40:39:027	R$ 25.965.056,57	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST

Por outro lado, mesmo já dentro da etapa do tempo randômico, observa-se da ata a oferta de lances pela Head Net em tempo igual ou superior a 10 segundos, margem que parece que não seria adotada, caso a empresa estivesse utilizando o robô para lances instantâneos:

190	01/11/2024 10:41:45:944	R$ 23.462.471,85	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
191	01/11/2024 10:41:56:150	R$ 23.462.371,85	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
200	01/11/2024 10:44:32:414	R$ 22.999.240,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
201	01/11/2024 10:44:42:796	R$ 22.999.140,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
230	01/11/2024 10:54:20:506	R$ 22.997.677,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
231	01/11/2024 10:54:30:765	R$ 22.997.577,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
236	01/11/2024 10:55:33:171	R$ 22.997.374,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
237	01/11/2024 10:55:43:251	R$ 22.997.274,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA

Destaca-se, ainda, o instrumento da plataforma eletrônica adotada para a disputa (sistema "licitações-e", do Banco do Brasil) de preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor, fator que aparentemente impediria o uso de software para envio automático de lances, uma vez que demandaria a atuação de um operador humano.

Desse modo, não obstante o feito mereça acolhimento para averiguação mais detalhada na fase instrutória a respeito da utilização de robô para envio de lances e se houve quebra à isonomia na disputa, entendo que, ao menos nesse ponto e nessa oportunidade, não se encontra evidenciado suficientemente o fumus boni iuris necessário à concessão da medida cautelar.

Igual entendimento se aplica às outras duas controvérsias suscitadas referentes à habilitação da empresa declarada como vencedora, que demandam o recebimento desta Representação para fins de exame mais apurado, mas que não detêm o condão de suspender a licitação nesta oportunidade.

No tocante aos catálogos dos itens, sustenta a Representante que não teriam sido apresentados catálogos completos dos itens 184, 190 e 265 do Termo de Referência, enquanto para os itens 210, 221 e 268 os catálogos enviados demonstrariam desconformidade com os requisitos fixados pelo instrumento convocatório.

Em relação à documentação de comprovação dos profissionais junto ao quadro funcional da empresa, observa-se que é questionada especificamente a desatualização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS's) dos respectivos funcionários da empresa, uma vez que os documentos estariam digitalizados há mais de 4 (quatros) anos ou foram emitidos virtualmente há, ao menos, 2 (dois) anos.

Embora a documentação até então apresentada possa não demonstrar adequadamente a existência de vínculo atual entre os profissionais e a licitante ou o atendimento dos catálogos dos itens ao imposto no edital, entende-se que as falhas podem ser sanadas com a realização de diligência pelo pregoeiro com a finalidade de regularizar a documentação já juntada (exigindo-se, por exemplo, a cópia atualizada das CTPS's e a confirmação de atendimento dos requisitos fixados para os itens cujos catálogos são questionados), em exercício à atribuição prevista no art. 64, I e § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, aplicáveis analogicamente ao caso concreto em exame.

Conceder a oportunidade para complementação da documentação mostra-se medida razoável, ao contrário da desclassificação imediata da licitante que tiver atendido às demais condições de habilitação, em exercício ao princípio do formalismo moderado pela Administração Pública na condução da licitação.

Frise-se que o envio da versão atual das CTPS's ou de informações referentes aos catálogos dos itens exigidos não altera a validade jurídica ou constitui inovação em relação aos documentos já apresentados, que foram submetidos nos prazos determinados pelo edital do certame.

Nesse sentido, extrai-se o seguinte precedente recente deste Tribunal de Contas em situação bastante semelhante à dos autos:

"Representação da Lei nº 8.666/1993. Pregão Eletrônico. Aquisição de maquinário. Suposto descumprimento de regras do edital. Formalismo moderado. Pareceres técnicos uniformes pela improcedência. Voto pela improcedência.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Compulsando os autos verifico que assiste razão à unidade técnica e ao órgão ministerial, cabendo a improcedência do feito como passo a expor. Conforme delimitado em juízo de admissibilidade (peça nº 15), o escopo da presente Representação é verificar a conformidade/compatibilidade do equipamento ofertado para o lote 1 do certame com o instrumento convocatório, porquanto a parte representante alega que: (a) houve a apresentação de catálogo que não consta no site do fabricante; (b) a potência do motor do equipamento é inferior à exigida no edital; e (c) o objeto social da vencedora incompatível com o objeto do certame.

Quanto à apresentação de catálogo, ao contrário do alegado, verifico que a licitante KTR BRASIL IMPORTACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA., vencedora do lote 1 (pá carregadeira zero km), apresentou catálogo com o descritivo de todas as especificações técnicas do equipamento, conforme constata-se na peça nº 27, fl. 180.

Em relação à potência do motor do equipamento, verificou-se, em um primeiro momento, que no catálogo apresentado a potência indicada estava aquém da requisitada. Contudo, a municipalidade diligenciou e constatou tratar-se de erro material e que o motor do equipamento não seria o que consta no catálogo.

Sobre a questão houve recurso administrativo por parte da representante, o qual recebeu contrarrazões da licitante vencedora. Na ocasião, a empresa KTR BRASIL IMPORTACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA. logrou êxito em demonstrar que o motor com potência menor que a exigida foi apresentado no catálogo por equívoco e que o equipamento efetivamente fornecido conta com motor de 132 HP, atendendo, portanto, ao disposto no edital.

Sanada a suposta irregularidade, o Município de Umuarama julgou improcedente o recurso da representante, entendendo que a irregularidade foi sanada pela manifestação da KTR." (Acórdão n.º 893/2024 – Pleno; rel. Cons. Ivan L. Bonilha; julgado em 11/04/2024; grifo nosso).

Em relação aos catálogos não apresentados, destaco que o suposto descumprimento também foi objeto de recurso administrativo interposto pela Dataprom, conforme consulta à página da licitação no site da APPA[1].

No mesmo endereço eletrônico, encontram-se disponíveis as contrarrazões apresentadas pela Head Net ao recurso administrativo interposto pela Dataprom. Em análise àquele documento, é possível identificar às fls. 30-32 a indicação de onde estariam localizados os catálogos dos itens 184, 190 e 265 (para os quais foi apontada suposta ausência de catálogos pela Dataprom) dentre a documentação de habilitação juntada.

Dessa forma, embora entenda-se que o feito merece acolhimento para averiguação mais detalhada – eis que demanda análise técnica a respeito de características complexas dos equipamentos, não possível de ser realizada neste juízo não exauriente – e para verificação quanto à efetiva realização de diligências pela APPA que solucionem algumas das dúvidas levantadas (entre elas a regularização dos documentos referentes aos profissionais contratados), não se visualiza o atendimento ao requisito de fumus boni iuris no caso concreto que enseje a concessão da medida cautelar.

Há de se considerar também, como fator para essa decisão, que licitações para contratação do mesmo objeto pela APPA já vêm sendo tentadas desde o ano de 2023, quando houve a análise do PE n.º 425/2023 por este Tribunal de Contas no Acórdão n.º 705/2023 – Pleno (rel. Cons. José Durval Mattos do Amaral), que levou à revogação daquela licitação e à publicação do atual PE n.º 50/2024 após a realização das correções determinadas naquela decisão, além das retificações promovidas no curso do próprio PE n.º 50/2024, que também é objeto de exame por este Tribunal de Contas nos autos de Representação n.º 58159-3/24.

Paralisar a licitação novamente, portanto, parece ser medida excepcional, que, para ser determinada neste momento, entende-se que deve ter como fundamento irregularidade mais evidente do que os elementos dispostos nestes autos nesta oportunidade, sob pena de afetar o interesse público que se encontra prejudicado em decorrência da falta da contratação buscada com a licitação.

Ante o exposto, decide-se:

a) Receber a presente Representação da Lei de Licitações, visto que preenche os requisitos do art. 170, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021; dos artigos 30 e 32 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005) e dos artigos 275 e 277, caput e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI/TCE-PR);

b) Indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, ante o não preenchimento dos requisitos constantes no artigo 53 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005) e dos artigos 400 e seguintes, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI/TCE-PR);

c) Remeter os autos à Diretoria de Protocolo para incluir na autuação e providenciar a citação, por meio de ofício com aviso de recebimento (AR), nos termos do inciso II do artigo 278, inciso II do artigo 381 e caput do artigo 382 do Regimento Interno, da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ – APPA, na figura do seu representante legal, e de ÂNGELO GERALDO BOCHENEK, Pregoeiro, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do AR aos autos, exerçam o contraditório em face das irregularidades noticiadas.

Após o decurso do prazo para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo para ciência e, na sequência, à Coordenadoria de Gestão Estadual e ao Ministério Público de Contas, para instrução e manifestação, nos termos, respectivamente, do art. 175-J, III e do art. 66, II, ambos do RI/TCE-PR.

Publique-se.

Curitiba, 13 de dezembro de 2024.

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Relatora

_____

***1**. Disponível em https://front-porto-appa-prd.azurewebsites.net/Details/46 Acesso em 13/12/2024.*

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações

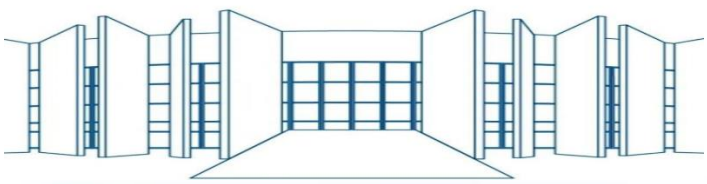
TCEPR

CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações



TCEPR

OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 310/24
Processo nº: 800279/24
Data e hora da redistribuição: 16/12/2024 16:04:00
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: ANA JULIA PIRES RIBEIRO, RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Exercício:
Modalidade de redistribuição: prevenção, nos termos do art. 346, § 1º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:
DP, em 16/12/2024
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
TC51.729-1

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6445/2024
Processo Nº: 792632/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 09:22:23
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
Interessado: CLARICE LOURENCO THERIBA, INSTITUTO CONFIANCCE, MIGUEL BAYERLE, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA, ROSANE LUNKES
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6447/2024
Processo Nº: 832804/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 09:49:04
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ELZO KERSON RAVANELLI, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARIA JOSE DIAS CUNHA RAVANELLI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6448/2024
Processo Nº: 833207/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 10:00:37
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: EVA LARSEN PEDROLLO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOÃO CARLOS PEDROLLO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6449/2024
Processo Nº: 819085/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 10:20:37
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: JORGE AUGUSTO DERVICHE CASAGRANDE
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6450/2024
Processo Nº: 789380/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 10:35:55
Assunto: RECURSO DE REVISÃO
Entidade: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A
Interessado: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, FABIANA OBZUT MENDES, MAXIMILIANO ANDRES ORFALI, REGISPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE BOBINAS S.A.
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6451/2024
Processo Nº: 780367/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:04:28
Assunto: RECURSO DE REVISÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ
Interessado: ADIR SCHMITZ, FABIANA CRACCO, JOÃO TORMENA, MARIA TEREZA DA SILVA SCHIMITZ, MIRIAN ESTRADA, MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, ULISSES DE SOUZA, VANILDA APARECIDA DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6452/2024
Processo Nº: 829765/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:37:32
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ
Interessado: FREONIZIO VALENTE, MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ, SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA ISABEL DO IVAI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6453/2024
Processo Nº: 834912/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:44:40
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, MARIO JORGE BREVESTEKY
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6454/2024
Processo Nº: 139510/23
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:46:49
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
Interessado: ALESSANDRO RIBEIRO, EDEVALDO FERNANDES TEIXEIRA, ELOIN CAMILA DA SILVA, EZEQUIEL CAVALARI, GIOVANA DA SILVA SOARES, MARIANA OLIVEIRA SOUZA, MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS, SIMONE LEANDRA PEREIRA
Exercício: 2021
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 36090/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6455/2024
Processo Nº: 834467/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:48:12

Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6456/2024
Processo Nº: 833487/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:49:30
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6457/2024
Processo Nº: 140780/23
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 11:55:46
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
Interessado: ALESSANDRO RIBEIRO, ESTHELA MENDES SILVA, MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
Exercício: 2021
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 36090/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6458/2024
Processo Nº: 72490/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 12:03:19
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
Interessado: ADRIANA APARECIDA AFONSO ZANATTO, ALESSANDRA DO ROCIO LOPES, ALESSANDRO RIBEIRO, ANA CLARA ALVES, DIOGO AUGUSTO SECHI MARCONDES, ERIK LIMA FLORO SILVA, ERIKA ARRUDA TASCA, ESTELA APARECIDA DE LIMA, JOAO VITTOR DE MORAES SANCHES, JUSUE BASCZASK E OUTROS.
Exercício: 2021
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 36090/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6459/2024
Processo Nº: 799378/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 12:04:58
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6460/2024
Processo Nº: 834130/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 12:05:05
Assunto: CONSULTA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE KALORÉ
Interessado: MOACIR FUZETI SEGUNDO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6461/2024
Processo Nº: 833479/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 12:08:43
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: 6ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, SECRETARIA DE
ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Exercício:
Modalidade de distribuição: prevenção, reconhecida de ofício (arts. 278, I e 340 do Regimento Interno), conforme Ata da Sessão Ordinária nº 23, de 20 de julho de 2017, do Tribunal Pleno e art. 346, § 1º do Regimento Interno c/c art. 55 do Código de Processo Civil, por conexão com o processo nº 781584/24, de REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6462/2024
Processo Nº: 601850/23
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 12:15:46
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
Interessado: ALESSANDRO RIBEIRO, ANA CAROLINA MARCONDES MACHADO, ANA FLAVIA PINHEIRO, ANA SILVIA VERGINELLI DA SILVA, ANDERSON LUIZ DOS SANTOS, ANGRA ANGELICA IGNACIO, BRUNA ANGELICA CORREIA, DAIANE PRISCILA VIEIRA DA SILVA, DAYANE GARCIA MIZAEL ROMANO, EDNALDO APARECIDO MARTINS E OUTROS.
Exercício: 2021
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 36090/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6463/2024
Processo Nº: 822230/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 15:36:04
Assunto: RECURSO DE AGRAVO
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, PRODUSERV SERVICOS LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº6464/2024
Processo Nº: 836095/24
Data e hora da distribuição: 16/12/2024 16:55:21
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, VANDERLEI FARIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º-262040/22
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ICARAÍMA
INTERESSADO-ADRIANO BENITEZ PEREIRA, ALANA RODRIGUES DOS SANTOS, ALTANIRA HYPOLITO, ANDRE ROMANO RENON DELCIELO, APARECIDO BARBOZA SANCHES, BRENDA PEDROSO NEVES, CLAUDINEIA MARIA DOS SANTOS, CLEONICE DE LIMA LOPES, CLEONICE MAZINE, DIEGO VINICIUS SANTOS SILVA, EDSON CARVALHO JANEIRO, EDUARDO VIEIRA DE SOUZA, EDVALDO DALEXANDRO, FERNANDO SILVANO DE OLIVEIRA, HEMANUELY ANDRADE DE ALMEIDA, HENRY MARDEGAN JUNIOR, ILSO FLAVIO WENDLER DE SOUZA, JHENNIFER FERRANTE GONCALVES, JOAO VICTOR DA SILVA, JONEIS FAVARO BARROZO, JULIA GRASIELA FANTI, JURANDIR DOS SANTOS ZAMBOM, LAUDISSEIA FONTANELLI MAXIMIANO, LUCIANA COLOMBO BITENCOURT, LUIZ HENRIQUE BRESSAN, MARCIA APARECIDA ISRAEL, MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, MARIA JOSE DE LIMA, MILENA DOS SANTOS GEROMINI, RAFAELA APARECIDA LEAL DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA PINTO LANZIANI, VICTOR ERNESTO BECKER MORELLI, VIRLEY DA SILVA ALVES, VIVIANE DE SOUZA CAMPOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-5119/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 13) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 16/12/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 16 de dezembro de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-649678/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ICARAÍMA
INTERESSADO-ADRIANA NUNES DOS SANTOS, CIDALIA BONATO DA SILVA, DANIELI CRISTINA SOARES, LUIS FLAVIO MARINS FILHO, LUSIMAR APARECIDA COSTA LUIZ, MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, MARIA JOSE DE LIMA, RAQUEL APARECIDA DA ROCHA NEVES, SIDINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA VIANA RUZZENE
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-5120/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 14) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 16/12/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 16 de dezembro de 2024.

Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-192910/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ICARAÍMA
INTERESSADO-JESSICA FRIEDRICHSEN DA SILVA, MAIZA FERNANDES FELITO, MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, RAFAEL DE LACERDA FARIA, THAYARA DE OLIVEIRA DUARTE DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-5121/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 13) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 16/12/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 16 de dezembro de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-508221/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ICARAÍMA
INTERESSADO-ANDRE PALMA DA SILVA OLIVEIRA, ANGELA JOSE DOS SANTOS, CELIA BARCELOS AGUILAR, CLEIA DE LOURDES DIAS FERREIRA ALVES, DAIANE CRISTINA BRESSANE, FABRICIO NUNES GONÇALVES, GESSICA KAUANE ZAMPRONIO, GRAZIELI TOMAZ DA SILVA, MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, NEUSA DOS SANTOS FARIA VIEIRA, RENAN DE SOUZA FELICIANO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-5122/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 12) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 16/12/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 16 de dezembro de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

PROCESSO Nº:-731595/24
ORIGEM:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO Nº 1208/24
Trata o presente processo de Requerimento Externo formulado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA (IPMC) visando à alteração dos dados no Sistema de Atos de Pessoal (SIAP) - Módulo de Aposentadoria referente ao registro de aposentadoria de CLARENZ INEZ VENTURIN ISHIKAWA, cargo de profissional do magistério, matrícula nº 37.758, objeto dos autos nº de inativação nº 193823/19 (peça 03).
O Requerente solicita que passe a constar no registro do ato de concessão do benefício além da Portaria nº 24/2019 (publicada no D.O.M. nº 4 de 07/01/2019), também a Portaria nº 177/2019 (publicada no D.O.M. nº 31 de 13/02/2019) em decorrência de retificação do ato, para que o Instituto "possa dar continuidade ao requerimento de compensação previdenciária" (peça 03).
Encaminhados os autos para a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) a unidade se manifestou favoravelmente ao pleito e sugeriu o apensamento do presente requerimento externo aos autos de inativação nº 193823/19, após as devidas alterações (Instrução nº 6116/24 - peça 05).
Na sequência, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização (COSIF) que, concordando com a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) pela alteração dos dados do ato de concessão da aposentadoria da servidora em comento, acresceu (Informação nº 367/24, peça 06):
Considerando a análise técnica efetuada pela CGM e a portaria anexada nos autos de inativação, tem-se que os dados do ato de concessão da aposentadoria da servidora CLARENZ INEZ VENTURIN ISHIKAWA devem ser alterados para:
Número do Ato: 177
Data do Ato: 13/02/2019
Data Publicação: 13/02/2019

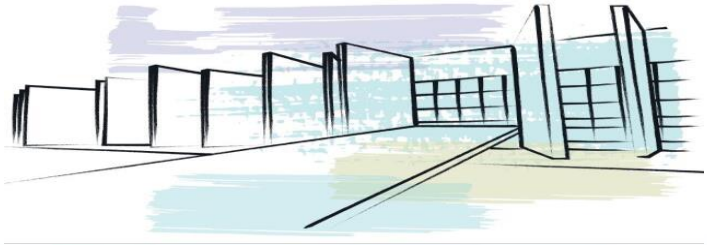
Tipo de Benefício	01 - Aposentadoria (Art. 6º da Emenda 41/2003)
Data do Requerimento	01/12/2018
Tipo Proventos	Integral
Ato Concessório	Portaria 24/2019
Data de Publicação	07/01/2019
Veículo de Publicação	Diário Oficial do Município de Curitiba

Face ao exposto, esta Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF) corrobora o posicionamento das unidades técnicas Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização (COSIF) quanto ao deferimento do pleito no tocante à alteração dos dados do ato de concessão da aposentadoria da servidora CLARENZ INEZ VENTURIN ISHIKAWA no banco de dados do SIAP - módulo Aposentadoria, nos termos por elas propostos.
Diante disto, encaminhem-se os autos:
I. à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização (COSIF) para proceder às alterações necessárias, nos termos do artigo 175-N, IX[1] do Regimento Interno;
II. ao Gabinete da Presidência (GP) sugerindo, respeitosamente, o apensamento deste feito aos autos de inativação nº 193823/19, conforme Instrução nº 6116/24-CGM (peça 05);
III. Não havendo a recomendação de diligências adicionais, remessa à Diretoria de Protocolo (DP)[2] para encerramento e arquivamento.
Publique-se.
CGF, 16 de dezembro de 2024.
-assinatura digital-
LUIZ ANTONIO PARAVATO LESSA
Coordenador-Geral de Fiscalização em exercício[3]
Matrícula 51.821-2
TS

_____
***1**. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Art. 175-N. Compete à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização: (Incluído pela Resolução n° 64/2018)*
(...)
IX – avaliar e providenciar as alterações de dados requeridas; (Incluído pela Resolução n° 64/2018)
***2**. Instrução de Serviço nº 115 de 26/10/2017. Art. 5º. A Fica autorizada a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, observados os atos normativos aplicáveis e as suas atribuições nas áreas de fiscalização contidas nos arts. 151 e 151-A, do Regimento Interno, para apreciar os Requerimentos Externos de alteração de banco de dados, na hipótese de deferimento do pedido. (Incluído pela Instrução de Serviço n. 147/2021)*
§ 1º Deferidos os pedidos mediante despacho publicado no Diário Eletrônico do Tribunal, adotem-se as seguintes providências: (Incluído pela Instrução de Serviço n. 147/2021)
(...)
II- encaminhar o Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento, em não havendo impacto em processos e necessidade de diligências adicionais. (Incluído pela Instrução de Serviço n. 147/ 2021)
***3**. Designado pela Portaria nº 654/24, publicada no DETC nº 3342, ano XIX, de 25 de novembro de 2024.*

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações



TCEPR

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-490474/24
ENTIDADE:-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA
INTERESSADO:-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-5059/24
Retornam os autos com a Informação nº 220/24 (peça 6) por meio da qual a EGP informa que providenciou junto à Diretoria de Gestão de Pessoas o registro em ficha funcional da participação dos servidores RICARDO ALPENDRE e LEANDRO MENEZES RODRIGUES como palestrantes no evento.
Diante disso, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo retornar à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 27 de novembro de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-783056/24
ENTIDADE:-SINDICATO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
INTERESSADO:-SINDICATO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA, WANDERLEI WORMSBECKER
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-5092/24
Trata-se de requerimento Externo referente ao Documento nº 15/24 (peça 03) por meio do qual o SINDICATO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – SINDICONTAS/PR, solicita dispensa do servidor Geovane Karvat – matrícula 51226-5, membro titular do conselho deliberativo deste sindicato, nos dias 03 a 05 de dezembro, para participar da semana de "Esforço Concentrado", trabalho parlamentar em Brasília – DF.
Esta Presidência informa que foi liberada a participação do servidor, conforme solicitado e que o Gestor da Unidade está ciente e de acordo.
Diante disso, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo retornar à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-820687/24
ENTIDADE:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CLEVELÂNDIA
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CLEVELÂNDIA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-5278/24
Retornam os autos com o Despacho nº 1809/24 (peça 4) por meio do qual o Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares se manifesta em atenção ao requerimento formulado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Clevelândia.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado.
Outrossim, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail clevelandia.prom@mppr.mp.br.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 13 de dezembro de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-530832/24
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:- ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-5279/24
Retornam os autos com a Instrução nº 48/24 (peça 18) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte concedida à JOSÉ CARLOS ALVES FERREIROA E SILVA, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 13 de dezembro de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-557595/24
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-5280/24
Retornam os autos com a Instrução nº 63/24 (peça 13) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte a CARLOS ALBERTO SZATKOWSKI, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2024.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-557528/24
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-5283/24
Retornam os autos com a Instrução nº 58/24 (peça 13) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte a TEREZA CRISTINA SIQUEIRA SCOPEL, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2024.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-557692/24
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-5284/24
Retornam os autos com a Instrução nº 57/24 (peça 13) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte a JOSÉ LUIZ CARLOS PEREIRA, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2024.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-557501/24
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-5285/24
Retornam os autos com a Instrução nº 56/24 (peça 13) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte a IVANIR PASCOLATI DE OLIVEIRA MOTA, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2024.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-557315/24
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-5288/24
Retornam os autos com a Instrução nº 55/24 (peça 13) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte a CRISTINO LOURENÇO, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2024.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-557587/24
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADOS:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA JANISSETTI, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-5289/24

Retornam os autos com a Instrução nº 51/24 (peça 13) por meio da qual a 4ª Inspetoria de Controle Externo, "ciente dos acontecimentos noticiados que envolvem a concessão e o cancelamento da pensão por morte concedida à JOCEMIRO LUIZ BRIEZINSK, bem como ciente de outros casos que envolvem o cancelamento de pensões por morte tidas por indevidas", informa que avaliará a possibilidade de instaurar uma fiscalização junto à Paranaprevidência, entendendo não haver, neste momento, providências a serem adotadas de competência daquela Inspetoria, neste autos.

Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.

Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2024.

Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

Sem publicações

TCEPR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2024
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ no 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: B3M CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ n. 27.343.319.0001-76.
PROCESSO N.º: 77153-8/24.
OBJETO: Alteração quantitativa e qualitativa ao Contrato nº 06/2024.
VALOR: O valor total das modificações do projeto foi de R$ 180.293,16 (cento e oitenta mil, duzentos e noventa e três reais e dezesseis centavos), correspondentes a um acréscimo de 36,08% ao valor original do contrato. O valor do contrato passa a ser de R$ 679.963,60 (seiscentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2024.







COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Corregedor-Geral
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria das Graças Greco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania
- Livio Fabiano Sotero Costa
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Tiago Alvarez Pedroso
- Muryel Hey

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- Ivan Lelis Bonilha

Coordenadora da Corregedoria
- Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de Moraes

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Beatriz Cristina da Silva

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Ludiane Manuele Amaral

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
- Cinthya Pedron Caciatori

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
-

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Ricardo Labiak Olivastro

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
- Marcio José Assumpção

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Gabinete da Presidência – GP
- Vinicius Greco Pazza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Elizandro Natal Brollo

Escola de Gestão Pública – EGP
- Vivian Feldens Cetenareski

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Edson Custódio

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

Diretoria de Planejamento – DIPLAN
- Cintia Aparecida Guizelini Dantas

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Carine Rebelo de Almeida Cesar

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Jose Augusto Cheute

Controladoria Interna – CI
- Viviane de Medeiros Pires

Gabinete de Assessoria Militar
- Mauro Celso Monteiro

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Djalma Riesemberg Junior

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Leandro Sudré

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Wilmar da Costa Martins Junior

Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE
- Ednilson da Silva Mota

Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM
- Levi Rodrigues Vaz

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Vivianeli Araujo Prestes

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Acir José Honório Bueno

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Ricardo Alpendre